

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA

ATA N.º 14 DE 16/06/2023

No dia 16 de junho de 2023, reuniu, pelas 20:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Castelo de Paiva em sessão ordinária, a Assembleia Municipal (AM), com a seguinte ordem de trabalhos:

Período Antes da Ordem do dia

1. Informações gerais e expediente.
2. Votação da ata da reunião ordinária de 21 de abril de 2023.
3. Assuntos gerais de interesse municipal.
4. Apreciação da informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.

Período de Intervenção do Público

5. Intervenção do Público.

Período da Ordem do dia

6. Apreciação e deliberação – Alterações ao Anexo I da Postura Municipal de Trânsito da Vila de Sobrado.
7. Apreciação e deliberação - Projeto de “Regulamento Municipal de Atribuição de Prestações Pecuniárias de Carência Económica e de Risco Social do Município de Castelo Paiva”.
8. Compromissos Plurianuais – 1.º Trimestre de 2023 – Conhecimento.
9. Apreciação - Educação em Castelo de Paiva – Análise e conclusões à sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 9 de junho de 2023.
10. Testamento do Conde de Castelo de Paiva – Análise e perspetivas futuras.

Intervenção do Público

11. Intervenção do Público.

Mesa:

Presidente: Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira

Primeiro Secretário: Pedro Maldonado Martins de Carvalho

Segunda Secretária: Ana Margarida Pinto da Rocha

Deputados Eleitos presentes na sessão:

- Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira (GMPSD);
- José António da Costa Moreira da Rocha, em substituição de Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus (GMPS);
- Pedro Maldonado Martins de Carvalho (GMPSD);
- Manuel António da Rocha Pereira (GMPS);
- Jorge Humberto Castro Rocha Quintas (GMMPM);
- Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira (GMPSD);
- Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro (GMPS);
- Carlos Filipe Ribeiro Novais, em substituição de Paulo Ramalheira Teixeira (UCPT);
- Carlos Filipe Gonçalves Trindade (GMPSD);
- Manuel António Fernandes Mendes (GMPS);
- João Manuel Ferreira da Silva, em substituição de António Luis da Costa Esteves (GMPSD);
- Rodrigo António Joaquina Pereira, em substituição de Silvia Raquel Amaral da Cruz (GMMPM);
- António da Silva Pinto (GMPS);
- Ana Margarida Pinto da Rocha (GMPSD);
- Giselda Martins de Sousa Neves (GMPS);
- Paulo Carlos Alves Vieira (UCPT);
- Manuel José Soares Marçal (GMPSD);
- João Luiz da Silva Vieira (GMMPM);
- Ângelo Soares Fernandes (GMPS);
- José Carlos Vieira Tavares, em substituição de Inês Duarte da Silva Martins (GMPSD);
- José Vieira Gonçalves (GMPS).

Presidentes de Junta de Freguesia presentes na sessão:

- António da Costa e Cunha (GMPSD);
- Joaquim Luiz Vieira Martins (GMPS);



Fls. 292

- José António Teixeira, em representação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Ricardo Jorge Mendes Cardoso (GMPS);
- Francisco Manuel Fernandes Silva (GMPSD);
- Carlos Manuel da Silva Moreira (GMPSD);
- Carlos Alberto Moreira da Rocha (GMMPM).

Elementos da Câmara Municipal (CM) presentes na sessão:

Presidente da Câmara: José Duarte de Sousa e Rocha

Vereadores: José António dos Santos Vilela, Liliana Catarina Martins Vieira, José Manuel Moreira de Carvalho, António dos Santos Rodrigues e Vitor Manuel Quintas Pinho.

Verificada a existencia de quórum Sr. Presidente da AM declarou aberta a sessão pelas 20:05 horas.

O Sr. Presidente da AM deu nota dos seguintes pedidos de substituição para a presente sessão:

O Sr. Presidente da AM deu nota dos seguintes pedidos de substituição para a presente sessão:

- Inês Duarte da Silva Martins, eleita pelo PSD, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação atual, substituída pelo deputado José Carlos Vieira Tavares, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.º da referida Lei.

- Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, eleito pelo PS, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação atual, substituído pelo deputado José António da Costa Moreira da Rocha, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.º da referida Lei.

- Sílvia Raquel Amaral da Cruz, eleita pelo MPM, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação atual, substituída pelo deputado Rodrigo António Joaquina Pereira, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.º da referida Lei.



- Paulo Ramalheira Teixeira, eleito pelo UCPT, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação atual. De seguida operou-se a respetiva substituição pelo deputado Carlos Filipe Ribeiro Novais, nos termos do previsto no n.º 4, do artigo 76.º da referida Lei.
- António Luis da Costa Esteves, eleito pelo PSD, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação atual, substituído pelo deputado João Manuel Ferreira da Silva, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.º da referida Lei.

Período Antes da Ordem do dia

O deputado Manuel Mendes (GMPS) solicitou um ponto de ordem à Mesa, para referir que o GMPS, por intermédio do deputado Rocha Pereira (GMPS), pretendia propor a introdução de um novo ponto na ordem de trabalhos.

O Sr. Presidente da AM esclareceu que a inclusão de um novo ponto na ordem de trabalhos tem de ser aprovada por unanimidade.

Solicitou a entrega do requerimento à Mesa.

O deputado Rocha Pereira (GMPS) usou da palavra para dizer que nos termos do previsto no n.º 5, do artigo 39.º do Regimento da AM, o GMPS propunha a inclusão do seguinte ponto na ordem de trabalhos: Testamento do Conde de Castelo de Paiva – Análise e perspetivas futuras.

Referiu que este tema é um dos mais importantes neste momento para a vida de Castelo de Paiva.

Referiu também que este tema é, na perspetiva do GMPS, decisivo: a Câmara Municipal decidiu em reunião de Câmara realizada na passada segunda-feira entrar numa fase nova do processo, sendo que a AM é que deu início a este assunto no anterior mandato. Disse que a AM corre o risco de para além de ter feito o que fez, que foram as recomendações aprovadas por unanimidade, não ter nova oportunidade para se pronunciar sobre o tema, porque se por exemplo, está perspetivada uma reunião para o dia 26 e

a AM não vai voltar a reunir antes dessa data, essa é a essência do pedido do GMPS, dado que não há tempo para discutir o assunto em nova AM.

O deputado Carlos Trindade (GMPSD) solicitou um intervalo de cinco minutos que foi concedido pela Mesa.

Retomada a sessão, o **Sr. Presidente da AM** colocou à votação a proposta do GMPS para a introdução na ordem de trabalhos do ponto denominado “Testamento do Conde de Castelo de Paiva – Análise e perspetivas futuras”. A proposta foi aprovada por unanimidade.

O deputado Carlos Trindade (GMPSD) proferiu a seguinte declaração de voto:

“ – O PSD optou por votar favoravelmente a inclusão deste ponto requerida pelo PS, em virtude de considerar que efetivamente é um assunto pertinente para o concelho, para os Paivenses.

Contudo, não deixa de dar nota que infelizmente, e mais uma vez, o PS chega a uma AM ordinária e apresenta mais um ponto para acrescentar à ordem de trabalhos, esquecendo-se, e é isso o que nos preocupa, que foi criada uma comissão para análise de todos os assuntos, de toda a correspondência atinente ao testamento do Conde. Esta mesma comissão, do conhecimento que tenho, até à data, em momento algum foi convidada a reunir, nomeadamente pelo PS, para discutir e analisar com urgência os últimos acontecimentos e a ultima correspondência, e isto não pode acontecer; a comissão está esvaziada dos seus poderes, tal como eu dizia, e está aqui a prova: o PS esvazia os poderes da comissão, ultrapassando-a, e isto jamais podia acontecer.

Ainda assim, e por uma preocupação no sentido de serem parte da solução e não do problema, decidimos votar favoravelmente, com a nossa boa vontade, porque sabíamos que com a nossa abstenção ou o nosso voto contra, jamais este ponto seria incluído. Espero que o PS se lembre sempre, porque às vezes parece que se esquece muito facilmente.”

O deputado Rocha Pereira (GMPS) interveio novamente para dizer que há aqui alguém que se esqueceu que quem coordena o GT não é o PS, é o

Sr. Presidente da Mesa, e que saiba este não convocou nenhuma reunião extraordinária para este efeito, e podia tê-lo feito.

Referiu que não é a primeira vez que o PSD vai atrás do que é determinado por terceiros

O Sr. Presidente da AM interrompeu a intervenção do deputado Rocha Pereira (GMPS) para dizer que esta discussão ficava para a discussão do ponto, tendo pedido ao referido deputado que concluisse a sua intervenção.

O deputado Rocha Pereira (GMPS) retomou a sua intervenção referindo que ... (impercetível pela sobreposição de intervenções, tendo o Sr. Presidente da AM retirado a palavra ao deputado em causa).

O deputado Carlos Trindade (GMPSD) pediu a palavra para defesa da honra.

Referiu que o GMPSD sabe quem é o Coordenador do GT, contudo, qualquer GM, ou movimento, podia requerer a reunião, nomeadamente através dos seus representantes na comissão, o que não foi feito.

O Sr. Presidente da AM interrompeu temporariamente a sessão com fundamento em desacatos á ordem e autoridade do Presidente da Mesa por parte do deputado Rocha Pereira (GMPS), tendo sido de seguida retomada com a discussão do ponto 1 da ordem de trabalhos.

1. Informações gerais e expediente.

O deputado Carlos Novais (GMUCPT) usou da palavra para propor o seguinte voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Mendes:

“- O Movimento Um Concelho para Todos propõe nesta Assembleia Municipal um VOTO DE PESAR pelo falecimento do Sr. Joaquim Mendes no passado dia 25 de Maio. Militante do PSD foi Autarca em Santa Maria de Sardoura no qual desempenhou funções de tesoureiro no Executivo que foi liderado, de 1998 a 2013 pelo Sr. Alfredo Trindade da Rocha.”

O Sr. Presidente da AM colocou o voto de pesar à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

2. Votação da ata da reunião ordinária de 21 de abril de 2023.



Fls. 294

O deputado Jorge Quintas (GMMPM) usou da palavra para dizer que as atas estão a ser muito sintetizadas.

Referiu que foi por falta de tempo que não deu anteriormente nota das suas correções; que ao comparar a ata com o áudio da sessão verificou que há coisas importantes que deviam ficar em ata: uma correção à linha 536, dado que o texto escrito está diferente, embora o sentido não seja alterado, faltando a palavra “tinha” para fazer sentido; que na linha 1108, a Vereadora Liliana Vieira disse “só não erra quem trabalha”, e que no áudio está “só não erra quem não trabalha; que quando o Sr. Presidente da Câmara se teve de ausentar não é mencionada essa ausência momentânea e o seu regresso; que falta mencionar o corte da palavra imposto pelo Sr. Presidente da AM à deputada Fátima Strecht (GMPS) a propósito da higienização dos moloques

O Sr. Presidente da AM interrompeu a intervenção do deputado Jorge Quintas (GMMPM), para dizer que uma vez que já são algumas correções com alguma significância, se a AM concordar retira-se o ponto (minuta já foi aprovada, não há urgência na aprovação da ata na presente sessão), e o referido deputado fazia chegar por escrito as propostas de alteração e na próxima AM aprovam a ata.

Deliberação: Retirado o ponto da ordem de trabalhos.

3. Assuntos gerais de interesse municipal.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que estavam abertas as inscrições.

De seguida, informou que foram registadas treze intervenções, e após ordenação feita por parte da Mesa, foi concedida a palavra ao GMMPM.

O deputado Jorge Quintas (GMMPM) usou da palavra para dizer que não era isso que estava estipulado.

O Sr. Presidente da AM respondeu que o que está estipulado é que tem de haver alternância, e aos inscreverem-se os quatro deputados do GMMPM tem de dar alternância. Disse que se inscrever já o deputado do UCPT depois não consegue dar alternância.

Deu novamente a palavra ao GMMPM, referindo que se quiserem abdicar de intervir, depois um dos deputados deixa de falar.

O deputado Jorge Quintas (GMMPM) solicitou um ponto de ordem à Mesa.

Referiu que não vão estar aqui a complicar, mas o que está estabelecido, contra a sua vontade, é que as intervenções eram feitas por ordem de representação: primeiro o Sr. Carlos Novais do UCPT; segundo quem for indicado do MPM; o terceiro será um do PS; o quarto será um do PSD; depois volta ao MPM, vai ao PS e vai ao PSD até esgotar.

O Sr. Presidente da AM respondeu que ia então fazer assim, e deu a palavra ao GMUCPT.

O deputado Carlos Novais (GMUCPT) usou da palavra para dizer que a Vereadora Liliana Vieira relatou na última AM uma situação de extrema gravidade, a famosa “caixa de pandora”, tendo questionado se este assunto, que pode trazer graves prejuízos para o Município, teve alguma evolução. Referiu que face ao elevado investimento realizado no Cavalete do Fojo, a população começa a achar que falta algo ali, o equipamento foi requalificado mas não tem vida, tendo questionado qual é a estratégia para esse equipamento.

Deu nota que o percurso pedestre “Viver o Payva D’ouro” está ao abandono; foi um investimento brutal que neste momento não traz qualquer retorno ao concelho; que a expropriação de terrenos obrigou a Câmara Municipal a fazer um depósito à ordem do tribunal para a resolução dessa situação, pelo que solicitava um ponto de situação deste processo.

Solicitou também um ponto de situação relativo à reconstrução do “CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas”; se já foi agendada a famosa reunião.

Referiu que com a revisão do “PDM – Plano Diretor Municipal” efetuada no mandato anterior ficou prevista a zona industrial do cobre em S. Martinho, tendo questionado se este processo teve desenvolvimentos.



Fls. 295

Referindo-se ao tema da saúde, solicitou um ponto de situação sobre a possibilidade de o concelho ter urgências básicas 24 horas.

Deu nota que nestes quase dois anos de mandato do Sr. Presidente da Câmara, têm havido situações que lhes causam muita preocupação, designadamente as revisões extraordinárias de preços às quais o Sr. Presidente da Câmara é alheio, porque decorrem da lei, e os constantes trabalhos complementares que têm sido obrigados a reforçar nas obras em curso: na requalificação da EB1 de Oliveira do Arda; no bairro de Curvite; no Largo do Conde e Rua Direita. Disse que lhes causa espécie ser tão recorrente ser obrigado a trabalhos complementares, tendo questionado que impacto é que tem no trabalho político do Sr. Presidente da Câmara, na sua governação: impacto financeiro e impacto no trabalho do dia-a-dia, porque essa análise é de extrema importância para o UCPT de algo que não começou neste mandato, até porque foram invadidos nos últimos anos pelas contas certas e não as encontram.

O deputado João Vieira (GMMMP) usou da palavra para dizer que foi abordado por vários moradores da Rua Luis de Camões que se queixam do barulho causado por uma grelha que lá foi colocada, designadamente quando os carros lá passam, algo que também se passa em Curvite.

Referiu que há falta de informação em relação à feira do vinho verde. Disse que o cartaz foi apresentado tarde e não há cartazes em papel (há pessoas que não dominam as redes sociais); que tem vários amigos de fora do concelho que não reservaram alojamento por desconhecer o cartaz. Disse que a feira tem de ter um programa atempado para as pessoas se organizarem (sugestão construtiva).

Deu nota que há passeios em Curvite que não foram contemplados; que há passeios esburacados enquanto outros foram arranjados, não percebendo porquê.

A deputada Giselda Neves (GMPS) usou da palavra para questionar se o executivo municipal já fez um balanço da edição deste ano da Feira Social

realizada em Midões; se já tem um feedback relativamente à realização da feira; se a aposta na descentralização da feira é para manter.

Referindo-se ao percurso pedestre “Viver o Payva D’ouro”, deu nota que gostaria muito que o seu concelho, embora não seja natural de Castelo de Paiva, tivesse um percurso pedestre em condições, porque se fala muito da possibilidade turística do concelho, mas os turistas vêm e permanecem se houver alguma coisa que os faça fixar cá, e não o estão a fazer. Disse que há muitas terras pequenas, às vezes freguesias, que estão a apostar no turismo de natureza e o concelho não o está a fazer.

Referiu que não percebe porque é que se abandonam obras já feitas, sabendo-se que todas as obras precisam de manutenção, considerando que é um percurso lindíssimo no qual seria de apostar, pelo que se deveria fazer um esforço para continuar a obra.

Referindo-se ao Mapa de Pessoal, deu nota que na última AM extraordinária realizada no passado dia 9 de junho sobre a educação, a Diretora de um Agrupamento de Escolas disse que o ensino era de excelência mas não está melhor porque faltam funcionários, tendo solicitado que lhe dessem nota do panorama atual: quantas pessoas da bolsa é que foram colocadas; se há perspetivas de abertura de concursos; se não foram todas colocadas; ponto de situação do lugar de Veterinário que foi aprovado.

Sobre o canil municipal, referiu que se aproxima o verão, época em que os animais começam a ser abandonados, pelo que era importante oferecer o melhor serviço. Disse que se falou de um protocolo celebrado com o Município de Cinfães, tendo questionado com quanto (%) é que esse Município vai contribuir para o vencimento do novo Veterinário municipal.

O deputado Manuel Marçal (GMPSD) usou da palavra para agradecer à Mesa da AM a confiança que nele depositaram na organização da parte cultural das comemorações do 25 de abril de 1974, bem como a todos aqueles que contribuíram para a sua organização, designadamente à Academia de Música de Castelo de Paiva, à Universidade Sénior, a todos

os declamadores, ao “Aromas de Abril”, ao “Duo Inquietação”, aos funcionários do “CICL – Centro de Interpretação da Cultura Local” e à Vanessa Pereira pelo apoio que lhe foi dado.

Agradeceu também ao público que esteve presente, em particular aos eleitos para os diversos órgãos autárquicos.

Aludiu ao facto de em 2024 se comemorarem os 50 anos de liberdade, data que merece ser assinalada de uma forma mais marcante, o que requer uma maior participação de todos, assim como um timing mais alargado para a sua preparação.

Agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara as obras de proximidade que têm sido feitas, e dar conta da necessidade de executar melhorias em algumas estradas do concelho, nomeadamente a que liga o Gafanhão ao Chão-da-Carraçosa, em Real.

Solicitou um ponto de situação da instalação da rede de abastecimento de água nos locais onde ainda não existe abastecimento público.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Rocha (GMMPPM), usou da palavra para solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que acelere o processo referente aos limites das freguesias, processo que está a causar alguns problemas na freguesia de Real, pelo que não vai poder ficar muito tempo fechado nos gabinetes. Deu o exemplo do lugar de Celeirós, no qual há pessoas que estão isentas do pagamento de “IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis”, mas que por terem alterado a residência para S. Pedro do Paraíso, apareceram-lhe contas para pagar esse imposto como se tivessem duas casas.

Agradeceu o início dos trabalhos no loteamento do Vale da Mota, tendo chamado à atenção para a forma com a empresa “Dstelecom” está a colocar os postes nas ruas, porque o projeto de requalificação da Ponte das Travessas não tinha sistema de iluminação nem de telecomunicações, tendo solicitado ao Sr. Presidente da Câmara que mande verificar se a obra contempla a questão das telecomunicações.

Defendeu que a sessão extraordinária da AM realizada no passado dia 9 de junho foi uma perda de tempo. Disse que quando se realiza uma AM extraordinária que custa dinheiro ao erário público, tem de ter um sentido determinado. Deu o exemplo da freguesia de Real, que tem dois JI e uma EB/1 na eminência de fechar, e o seu Presidente teve seis minutos para falar, o que foi pouco para explanar as suas ideias.

Referiu que pensava que dessa sessão deviam ter tido a oportunidade de elaborar um documento para enviar à Assembleia da República a explicar que têm de resolver o problema da natalidade de uma vez por todas, porque a população está a definhhar. Defendeu que os nascimentos têm de aumentar para 200.000 na próxima década, sendo que para isso o Governo tem de dar condições aos jovens para que se fixem no concelho.

A deputada Fátima Strecht (GMPS) usou da palavra para dar nota da falta da recolha do lixo no baixo concelho no feriado do dia 10 de junho, conforme foi referido pelo Sr. Presidente da Câmara em reunião do órgão executivo.

Defendeu que este problema é mais alargado, não resultou só dos feriados, dado que esta situação ainda se mantinha há três dias atrás em Real; que a situação no lugar do Minhotal, em Bairros, também era catastrófica, tal como em Gração. Disse que se fala que o problema também tem a ver com a alteração dos turnos, achando que lhes fica mal a falta da recolha do lixo quer a nível ambiental, quer para quem visita o concelho. Referiu que de nada serve ter um carro novo de recolha do lixo, que até limpa os contentores, se depois não há equipas a trabalhar.

Alertou que há mais pessoas a viver em Sobrado, o que origina a produção de mais lixo, pelo que a Câmara Municipal tem de estar atenta a esta situação; que vêm ai as festas e que também se produz mais lixo.

Questionou se o Sr. Presidente da Câmara já reuniu com o Diretor dos “CTT – Correios de Portugal” e se tem alguma informação para dar. Disse que ainda na semana passada uma munícipe queixava-se que há meio ano que não recebe uma carta em casa; cartas que não são entregues porque não

têm número de porta; o atraso que se verifica na devolução dos “AR” apesar de ser um serviço que é caro.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, Carlos Moreira (GMPSD), usou da palavra para agradecer ao executivo municipal a conclusão da obra das Escadas dos Espinheiros e o início da empreitada na Calçada dos Barros.

Reforçou as questões anteriormente colocadas referentes ao processo dos limites das freguesias e dos “CTT – Correios de Portugal”.

Questionou também o ponto de situação do processo com a empresa “Simdouro” na estrada do Casal a Bairros; do projeto do cais do Castelo; de uma situação que já reportou no lugar das Fontainhas (ambulância não conseguiu sair, teve de ser rebocada).

O deputado Rodrigo Pereira (GMMPPM) usou da palavra para dizer que há trinta anos atrás Arouca e Cinfães eram pequenos lugares, mas já ultrapassaram o nosso concelho, referindo que é preciso cativar mais gente que tenha gosto em vir para Castelo de Paiva.

Deu nota de uma situação que ocorreu há cerca de um mês, relativa a um indivíduo que se deslocou da Ladroeira a Várzea pelo estradão da Ladroeira e teve um acidente do qual resultou a sua morte. Disse que a Câmara Municipal terá alguma responsabilidade, porque tem de estar atenta à situação dos caminhos públicos; trata-se de um caminho público que já deveria estar regularizado há muito tempo, pelo que numa altura em que se vai receber tanto dinheiro da Comunidade Europeia tem de se fazer projetos que alterem a situação degradante dos caminhos que existem no concelho. Referiu que é um acesso perigoso, no qual o motorista perdeu a vida para poupar algum tempo não indo pelo outro lado.

Sugeriu que o Sr. Presidente da Câmara entrasse em contato com o Sr. Presidente da Câmara de Cinfães para se fazer uma rota da Ladroeira a Travanca, insistindo que vai haver muito dinheiro e que o Sr. Presidente da Câmara tem de elaborar projetos para alterar esse panorama.



Informou que o polidesportivo da Soalheira, em Bairros, está muito degradado e abandonado, defendendo que apesar do equipamento estar eventualmente entregue a uma associação, compete ao Sr. Presidente da Câmara tomar conta da situação e não deixar que as associações degradem o património do concelho.

Referiu que eventualmente serão construídos mais prédios no terreno adquirido pela Câmara Municipal junto ao lugar do Feirão, mas a juntar ao problema que existe ao nível do saneamento junto de um prédio bem conhecido, espera que o executivo tome esta situação em consideração. Concluiu, solicitando um ponto de situação dos terrenos/imóveis cedidos à “ACUP – Associação de Combatentes do Ultramar Português” em regime de direito de superfície.

O deputado Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para dizer que na sessão da AM de Abril fez umas questões ao Sr. Vice-Presidente da Câmara e ao Sr. Presidente da UF de Sobrado e Bairros que não foram respondidas pelo próprio, tendo-lhe o Sr. Presidente da AM recomendado que se dirigisse à Assembleia de Freguesia para obter as respostas.

Informou que a Assembleia de Freguesia decorreu ontem, e quando questionou o Sr. Presidente da UF de Sobrado e Bairros se tinha sido ouvido, pelo que percebeu, prestou declarações; se a sua Junta de Freguesia se ia constituir assistente, nada disse, deduzindo que ele não quer que a sua Junta de Freguesia se constitua assistente no processo; que relativamente ao que foi noticiado sobre o arguido José António Vilela ter dito durante a investigação ao ser questionado sobre a origem das denúncias anónimas, que terão vindo da oposição, ou seja, subentende-se que o Sr. Presidente da UF de Sobrado e Bairros pode ter sido o denunciante (quando foi questionado a sua resposta foi dúbia).

Questionou se o Sr. Presidente da Câmara tem confiança num Presidente de Junta que poderá ter feito uma denúncia anónima ao seu antecessor que atualmente é seu Vice-Presidente de Câmara.

Referindo-se a uma recomendação da AM deliberada na sessão de abril para que a Câmara Municipal ponderasse adquirir uma parcela de terreno com 4.600 m² localizada no Casal, junto ao parque da feira (a escritura foi disponibilizada à Mesa), a um preço aproximado de 120.000,00€ (cerca de 25,00€ o m²), vendida por António Seabra Strecht Ribeiro a uma empresa gerida por António José de Oliveira e Sousa. Disse que entendem que a Junta de Freguesia tem a ganhar com a compra desse terreno que serviria para a construção de habitação social na UF de Sobrado e Bairros, tendo o Sr. António Costa votado contra uma proposta para se fazer obra na sua freguesia, e que quando questionado do porquê desse seu sentido de voto, respondeu que foi por “disciplina de voto”, de “seguir o clube por onde foi eleito” em detrimento dos interesses da freguesia.

Salientou que o direito de preferência tem um prazo de validade de cerca de seis meses, pelo que questionava o Sr. Presidente da Câmara se já levou a recomendação ao executivo municipal, e se não, quando é que o tenciona fazer; se vai esperar que os seis meses expirem perdendo o direito de preferência; se está à espera que a oposição, maioritária, tome conta do assunto, há semelhança do que fez com o dossier do testamento do Conde, e que tente encontrar uma solução em função da falta de liderança do Sr. Presidente da Câmara; se será o facto de o atual proprietário ter como gerente um dirigente, militante do PSD e autarca da UF de Sobrado e Bairros.

Concluiu, dando nota de um episódio que considerou lamentável que se passou no final da Assembleia de Freguesia

O Sr. Presidente da AM interrompeu a intervenção do deputado Manuel Mendes (GMPS) pelo facto de este já ter ultrapassado o tempo disponível para a sua intervenção.

O deputado Manuel Mendes (GMPS) argumentou que a deputada Giselda Neves (GMPS) não usou a totalidade do tempo disponível na sua intervenção, pelo que utilizaria esse tempo restante.



O Sr. Presidente da AM respondeu que o deputado Manuel Mendes (GMPS) aprovou um Regimento no qual os tempos são distribuídos por pessoas e não por grupos, e que o Regimento não prevê a cedência de tempos, tendo dado ao referido deputado dez segundos para concluir a sua intervenção.

O deputado Manuel Mendes (GMPS) acatou a argumentação do Sr. Presidente da AM, referindo que, no entanto, este demorou mais tempo na sua explicação do que ele próprio demoraria a concluir a sua intervenção.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, Francisco Silva (GMPSD), usou da palavra para agradecer o apoio dado pela Câmara Municipal à Junta de Freguesia e ao Rancho Folclórico de S. Martinho na organização na “XI Mostra das Atividades Económicas” daquela freguesia. Agradeceu a realização das obras na Rua da Soalheira e na Rua de Crava (já reivindicava estas obras desde 2009), que serão concluídas dentro de poucos dias.

Deu nota que pediu durante vários anos ao anterior executivo municipal que tratasse todas as Juntas de Freguesia por igual. Disse que pode estar enganado, mas hoje estão obras a decorrer em todas as freguesias; quando é solicitado material este está disponível para todas as freguesias, e não só para algumas. Questionou o Sr. Presidente da Câmara se o que está a dizer é verdade ou é mentira.

O deputado Jorge Quintas (GMMPPM) usou da palavra para dizer que ficou agradado que em resultado de uma reunião da “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” realizada em Felgueiras, vá ser criado um Centro de Formação situado na centralidade dos concelhos de Penafiel, Lousada e Felgueiras.

Informou que vai haver um aumento financeiro significativo da parte da “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”, pelo que estão todos a remar para que parte desse dinheiro venha a ser aplicado em Castelo de Paiva, porque o concelho necessita de muita obra.

Felicitou a AM pela organização das comemorações do 25 de abril de 1974, bem como todos aqueles que trabalharam voluntariamente na feitura da passadeira de flores na festa do “Corpo de Deus”.

Referindo-se à promoção turística do concelho feita no Luxemburgo na qual o executivo participou na “Noite Paivense” (13 a 23 de maio), disse que supõe que essa promoção seria junto da comunidade portuguesa naquele país; que pelo cartaz que viu, há uma coisa que parece anedótica que é a ementa da “Noite Paivense” ter sido “carne do porco à Alentejana” e “frango à alheiro”, pratos típicos do concelho (ironizou). Referiu que são pequenas coisas, mas que têm o seu interesse.

Deu nota que no dia 19 de maio houve uma ação de promoção no Mercado do Bolhão, tendo questionado se o Sr. Presidente da Câmara acha que este investimento vale a pena e tem um retorno visível.

Deu nota que no dia da festa do “Corpo de Deus” foi colocada no fundo da Rua Sá Carneiro uma grade com sinal de trânsito proibido. Presenciou que muitos automobilistas tiveram que voltar para trás e reclamaram desse facto, tendo sugerido que seria melhor ter colocado esse sinal junto ao Mercado Municipal com a indicação de trânsito proibido a 50/60 metros para evitar essas reclamações.

O deputado Carlos Trindade (GMP PSD) usou da palavra para dizer que o estacionamento na envolvência do Largo Joaquim Quintas e do tribunal tem preocupado o PSD. Disse que o fluxo de pessoas e viaturas tem crescido significativamente naquele local, pelo que a sua preocupação é que futuramente, e com o preenchimento de todas as habitações do edifício “Marmoiral”, bem como a deslocação de pessoas às lojas daquele edifício, venham a ter um grave problema de estacionamento.

Defendeu que esse problema deveria ser previamente acautelado e o executivo municipal deve começar a pensar em algo para o resolver.

Deu nota que em dias de feira as empresas de transportes (autocarros) insistem em estacionar junto ao edifício “Marmoiral”, diminuindo os lugares de estacionamento disponíveis para as pessoas que se pretendem



Mandato 2021/2025
Ata n.º 14
16.06.2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

deslocar aos serviços públicos ali existentes, pelo que se deveria criar naquela zona um espaço destinado exclusivamente para estacionamento (estacionar no parque da feira não é solução, designadamente em dias de chuva em função da sua localização).

A deputada Vanessa Pereira (GMPSD) usou da palavra para dizer que no seguimento do que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara na AM extraordinária de 9 de junho sobre um relatório referente ao estado dos equipamentos municipais, que o GMPSD vai fazer um requerimento a solicitar uma cópia desse relatório para o poder analisar.

Sobre a intervenção do GMPS relativa o terreno para a “ELH – Estratégia Local de Habitação”, que é curioso que o PS não tenha dito aos Paivenses que o terreno já estava à venda há algum tempo (desde o ano passado), e que se calhar os deputados do PS já sabiam que estava à venda e não tiveram o cuidado de dar essa informação ao Sr. Presidente da Câmara; que é importante dizer que também se diz que há pessoas do PS que também tentaram intermediar a venda do terreno, mas só agora é que o terreno é importante, depois de ser vendido, sabendo-se agora que o grande problema do PS não é o facto de o terreno ter sido vendido, é a quem o terreno foi vendido, porque no passado a mesma pessoas vendeu terrenos, mas como não vendeu a ninguém do PSD não houve problemas nessas vendas; que já se podia ter pensado que aquele terreno seria importante para a “ELH – Estratégia Local de Habitação”, mas nessa altura não foi importante, porque o terreno não foi vendido a ninguém do PSD; que também não foi importante para o PS quando o anterior executivo vendeu um terreno em hasta pública abaixo do preço, que se calhar hoje também dava para a “ELH – Estratégia Local de Habitação”.

Referiu que o que é importante para o GMPSD é que as pessoas invistam no concelho, seja quem for, respeitando a lei, e façam o nosso território crescer.

Salientou que o que foi votado foi uma recomendação que diz que o terreno confronta diretamente com os terrenos do Município junto do denominado

parque da feira, questionando se aquele da Rua Emídio Navarro que foi vendido há algum tempo atrás não confinava; que nessa altura o PS não veio dizer nada, talvez porque não tenha sido comprado por alguém do PSD.

Referiu que relativamente ao processo em que o Sr. Vice-Presidente da Câmara é arguido, que só tem pena que a mesma pessoa, quando elementos do PS foram constituídos arguidos, não tenha vindo à AM fazer questões; que o anterior Presidente da Câmara se calhar ainda está constituído arguido num processo; que o deputado Manuel Mendes (GMPS) era líder da bancada do PS no anterior mandato; que houve um processo de falsificação de um documento, em que foi paga uma injunção, e o PS nada disse sobre isso.

Concluiu, referindo que as pessoas já perceberam que o grande problema do PS é que os investimentos feitos no concelho sejam realizados por elementos do PSD, porque quando são feitos por elementos do PS não há problema nenhum.

O Sr. Presidente da AM deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que em relação à questão que lhe foi colocada acerca do Cavalete do Fojo, que é uma obra na qual houve um esforço suplementar por parte do executivo consubstanciado num aumento de mais de 100.000,00€ em relação à verba que seria financiada para que a obra tivesse um empreiteiro que a executasse. Informou que ainda não foi feita a receção definitiva da obra, pelo que partir do momento em que isso aconteça irão colocar aquele edifício ao serviço da população e daqueles que visitam o concelho.

Em relação ao percurso pedestre “Viver o Payva D’ouro”, informou que continuam a aguardar uma decisão judicial; que houve uma peritagem e uma primeira definição do que seria o valor daqueles terrenos, estando-se a falar de quatro mil metros que foram avaliados em cerca de 160.000,00€, situados em zona “POACL – Plano de Ordenamento da Albufeira de

Crestuma e Lever” e em “REN - Reserva Ecológica Nacional, onde até para colocar um poste é preciso uma autorização das entidades externas. Referiu que o Município teve que depositar 160.000,00€ numa conta à ordem do Tribunal, tendo a Câmara Municipal recorrido, estando à espera que haja uma decisão e a sensibilidade dos peritos para uma redução substancialmente do valor daqueles terrenos.

Quanto ao ponto de situação do “CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas”, informou que continuam sem resposta do Sr. Secretário de Estado do Trabalho, apesar dos seis e-mails já enviados e das várias chamadas telefónicas que foram efetuadas. Informou também que vão realizar na próxima semana uma reunião de acompanhamento com o “IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional”, na qual abordarão essa situação com a Sra. Delegada, porque aquele ministério tem tido um comportamento inaceitável para com o Município, parecendo que não tem o mesmo tratamento que têm outros municípios governados por outras cores partidárias.

Sobre a questão das urgências no concelho, respondeu que estão a encetar esforços nesse sentido; que anteontem esteve no concelho uma equipa da “ARS-N – Administração de Saúde do Norte” a visitar as instalações da “USF de Castelo de Paiva” para tomar nota de algumas necessidades que que se impõem, designadamente o facto de uma parte do edifício ainda não estar a ser utilizado devido a algumas questões que aquela entidade colocava; que estão a negociar o eventual alargamento das urgências, sabendo que há abertura do Sr. Ministro da Saúde nesse sentido, pelo que espera que tenham uma boa notícia em relação à saúde em Castelo de Paiva, até porque têm surgido novos empreendimentos; que há vontade dos privados em investir no concelho; que tem aumentado o número de famílias em Castelo de Paiva; há novas construções industriais no concelho que irão criar postos de trabalho superiores aos inscritos no “IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional”; têm indústrias a trabalhar vinte e

quatro horas por dia com sistemas de turno, ou seja, tudo isso deve ser colocado “nos pratos da balança” para que haja essa atenção.

Em relação à referida “caixa de Pandora”, informou que tem falado com o anterior Presidente da Câmara que lhe transmitiu que tem encetado alguns contactos com o Sr. Ministro da Saúde; que estão a aguardar que a “ARS-N – Administração Regional de Saúde do Norte” ou o Ministério da Saúde assumam essas faturas, e que não seja o Município a ter que despender de mais de 100.000,00€, embora, como disse anteriormente, apesar de ter sido numa altura de necessidade, ninguém podia pensar que por pedir um serviço ele ia ser gratuito.

Relativamente aos trabalhos complementares, respondeu que quando chegaram à Câmara Municipal havia algumas obras em curso. Disse que na obra no bairro de Curvite os passeios não estavam contemplados, têm sido arranjados conforme as disponibilidades através da administração direta, porque a verba destinada aos trabalhos complementares não chegava para que fosse o empreiteiro a executar as obras, além de também não estar prevista a parte dos hidrantes, das águas pluviais e do saneamento; que houve a situação da Rua Direita; que houve os arranjos que tiveram de ser feitos na EB1 de Oliveira do Arda, dado que havia uma série de deficiências.

Realçou que todas as obras que estão a fazer nas freguesias, no caso dos arruamentos, foram previstos os passeios, os hidrantes, o saneamento, a rede de águas pluviais, a rede de água pública, porque não havendo dinheiro para fazer dez quilómetros, fazem-se cinco, mas faz-se em condições e, infelizmente, tiveram algumas surpresas.

Referindo-se à intervenção do deputado João Vieira (GMMPM), respondeu que em relação à grelha na Rua Luís de Camões, irão verificar se poderá ser feito algum aperfeiçoamento, se haverá uma má colocação ou se própria grelha poderá ter sido danificada; que relativamente à Feira do Vinho Verde, respondeu que já se sabe desde a sua primeira edição que se realiza sempre no último fim-de-semana de junho. Disse que acredita que a maior



parte daqueles que visitam a feira não venham propriamente pela música, venham mais pela gastronomia, pelos bons vinhos e pelo artesanato que é apresentado; que efetivamente o cartaz saiu há dois dias (estão a quinze dias do evento), e que há uma série de questões que impõem que o Município “trave” a divulgação: este ano têm um número muito superior de expositores, cerca de oitenta expositores entre vinho, derivados, artesanatos e restauração, pelo que tiveram que alterar mais uma vez a disposição dos stands para conseguirem proporcionar uma melhor circulação no evento; que se garantam todas as questões de segurança, porque não é só lançar os cartazes, tem de se falar com os bombeiros, com a “GNR – Guarda Nacional Republicana” e tratar de questões ao nível da Proteção Civil, ou seja, os cartazes só saem quando todos os procedimentos, mesmo a nível contabilístico e financeiro, estejam concluídos, para que amanhã não haja surpresas.

Referindo-se à intervenção da deputada Gisela Neves (GMPG), disse que a realização da Feira Social em Midões foi uma aposta deste executivo. Disse que apesar do tempo não ter ajudado, foi um trabalho realizado pela Câmara Municipal em conjunto com a Rede Social, que proporcionou grandes momentos culturais e a demonstração do que é a Rede Social do concelho. Informou que vão fazer o balanço da iniciativa em sede de “CLAS – Conselho Local de Ação Social”, órgão onde estão representados todos aqueles que participaram na Feira Social, e depois de ouvir essas entidades irão tomar uma decisão quanto ao futuro, tal como foi feito aquando da proposta de descentralização do evento para o lugar de Midões que foi aprovada por unanimidade.

Anunciou que já foram adjudicadas as obras para a criação da “Casa de Emergência Social”.

Em relação ao Mapa de Pessoal, referiu que a falta de Assistentes Operacionais nas escolas não é uma novidade. Disse que o Plano Anual de Recrutamentos foi aprovado para o ano de 2023 e não para meio ano, pelo que, conforme tem dito em sede da reunião de Câmara, após o final do ano

Fls. 302



Fls. 302

letivo irão fazer a análise da eventual necessidade de haver encerramento de escolas, mediante também os rácios da "Dgeste", e após essa análise irão avaliar quais são as necessidades, dado que não podem abrir procedimentos por abrir, só porque têm um Plano Anual de Recrutamentos aprovado, até em função do compromisso que assumiram com todos os partidos e movimentos. Referiu que têm ocorrido aposentações de trabalhadores que originam a necessidade de ocupar esses lugares respeitando a bolsa de recrutamento em vigor que lhes foi deixada pelo anterior executivo, garantindo que não vai abrir nenhum concurso em 2023, mesmo que a bolsa caduque, para comprovar que não há, e nunca houve, nenhum pagamento de favores políticos.

Salientou que não será por terem mais um Veterinário, ou menos um Veterinário, que as pessoas irão deixar de abandonar os seus animais, tendo informado que o procedimento tendente à abertura de concurso para a sua contratação, e consequente afetação ao canil municipal, está a ficar concluído. Referiu que há um protocolo assinado com o Município de Cinfães segundo o qual a entidade gestora do canil é o Município de Castelo de Paiva, sendo que Cinfães suporta as despesas referentes à aquisição de equipamento, manutenção e custos com pessoal na percentagem de 66%; que apesar de terem a gestão do canil, antes de propor a abertura do procedimento, tal como já disse em várias AM, teve o cuidado de perguntar ao Sr. Presidente de Câmara de Cinfães se concordava com a abertura desse procedimento, porque aquele Município irá suportar 66% do custo do ordenado, tal como do ordenado de todos os funcionários que sejam alocados ao canil.

Referindo-se à intervenção do deputado Manuel Marçal (GMPSD), agradeceu e deu os parabéns ao referido deputado e à AM por todo o trabalho que foi feito no âmbito dos festejos do 25 de abril de 1974.

Informou que já têm um projeto em conclusão para a obra na estrada do Gafanhão ao Chão-da-Carraçosa. Disse que está em sintonia com a Junta de Freguesia de Real para que aquela obra, bem como noutras vias noutras



freguesias, seja uma realidade, dado que existem no concelho muitas estradas, muitos caminhos públicos de acesso a habitações, que não se encontram no melhor estado de conservação.

Sobre os muitos milhões que estão disponíveis, referiu que as autarquias não têm tido verbas do “PRR – Plano de Recuperação e de Resiliência”, e que o programa “Portugal 2030” deveria ter-se iniciado em 2021/2022, o que ainda não aconteceu; que a verba que supostamente vem para a “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” ainda não está contratualizada com a “CCDR-N - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte”, ainda há pormenores a acertar, e ainda não sabem qual é a dotação que será adstrita em sede de negociação nem em Castelo de Paiva, nem a nenhum dos municípios que compõem a Comunidade Intermunicipal.

Informou que todos os investimentos e todas estas obras de proximidade que estão a fazer têm sido suportados a 100% com verbas próprias do Município; que a poupança que estão a fazer é para depois poderem dar uma resposta a toda a população.

Informou também que estão a executar obras em todas as freguesias sem exceção, e que todos os Presidentes de Junta têm tido material colocado pela Câmara Municipal nas suas obras de proximidade.

Relativamente às ligações de abastecimento de água, principalmente aos locais onde ainda não há ligação da água da rede pública, designadamente em Real, informou que já têm as linhas orientadoras do programa “Portugal 2030”, estando previstas verbas para o ciclo urbano da água que compreende a reformulação da rede de água e a criação da rede de água e saneamento. Disse que já têm uma estimativa orçamental de cerca de 400.000,00€, por exemplo, para a ligação de Nogueira, São Pedro do Paraíso, a Real; que havendo a possibilidade de terem em dezembro/janeiro de 2024, no mínimo uma comparticipação de 50%, falará com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, ou seja, são 400.000,00€ que daqui a meio ano podem ser 200.000,00€, sendo que mal haja esses fundos

comunitários a Câmara Municipal vai-se candidatar para ver se conseguem, no mínimo, os 85% para a rede de abastecimento de água onde ela não existe.

Referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Rocha (GMMPM), referiu que os limites das freguesias já foram aprovados em todas as Assembleias de Freguesia (pensa que por unanimidade). Disse que o processo está nos serviços municipais, e a informação que tem é a de que tem que haver lugar a discussão pública para posterior discussão e deliberação, espera, na Assembleia Municipal de setembro.

Sobre as obras que estão a ser realizadas em Vale da Mota, Real, referiu que têm sido vistos vários elementos da empresa “Dstelecom” a fazer a passagem dos cabos subterrâneos, algo que também ocorrerá em Vale da Mota.

Relativamente ao facto de só ter podido falar seis minutos na AM extraordinária de junho, esclareceu que pelo que soube os tempos de intervenção foram definidos na reunião da Conferência de Líderes. Disse que o executivo não se pode intrometer no funcionamento da AM, nem nas decisões tomadas na Conferência de Líderes.

Referindo-se à intervenção da deputada Fátima Strecht (GMPS), informou que em relação à recolha do lixo, que houve problemas um pouco por todo o concelho, especialmente na zona do Couto Mineiro; que efetivamente foi uma semana que teve um feriado, mas o executivo entendeu tentar fazer uma alteração no serviço de recolha do lixo (fase experimental) para que se consiga dar uma melhor resposta do que a que tem sido dada, sendo que nas fases experimentais às vezes corre bem, outras vezes menos bem, pelo que terá que se analisar.

Em relação aos “CTT – Correios de Portugal”, reconheceu que têm havido reclamações dado que a entidade quase que obrigou a que toda a gente tivesse que ter o número de porta afixado na caixa de correio e, agora, pelos vistos, querem continuar, em parte, a colocar as cartas nas chamadas



caixas comunitárias. Disse que Câmara Municipal também tem reclamado, e ainda há quinze dias voltou a reforçar por escrito para o “CEO” dos “CTT – Correios de Portugal”; que teve uma reunião no início da semana com dois responsáveis da zona Norte, um deles o diretor dessa zona, o Engenheiro Nuno Neves, na qual relatou as dificuldades que têm existido, a relutância em se facilitar a entrega do correio, porque tem de haver essa sensibilidade em relação à correspondência que é prioritária, seja ela oriunda de hospitais, centros de saúde, as reformas, de tribunais, das finanças, pelo que foi nesse sentido que tentou sensibilizar esses dois responsáveis para que haja o compromisso de que pelo menos essa correspondência urgente e essencial seja entregue a tempo (irão reunir novamente em setembro).

Informou que a Câmara Municipal vai fazer o reporte mensal e quinzenal do funcionamento dos “CTT – Correios de Portugal”, e que o diretor da zona Norte disse que iria reportar ao chefe dos “CTT – Correios de Portugal” de Castelo de Paiva essa necessidade de por vezes haver um pouco mais de abertura, esperando que haja esse bom senso.

Referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, Carlos Moreira (GMPSD), respondeu que na estrada do Casal ao Crosso há a necessidade de se fazer a ligação de saneamento, pelo que tem estado em conversações com a empresa “Simdouro” para que ao mesmo tempo que a Câmara Municipal faz a pavimentação, aquela faça a colocação do sistema de saneamento em alta para que haja otimização de recursos, sendo que a empresa já tido algumas reuniões técnicas com os serviços municipais. Disse que estão a aguardar que haja luz verde por parte empresa “Simdouro” para que possam avançar com essa obra importante para a freguesia de Fornos.

Em relação à questão das Fontainhas, respondeu que os serviços municipais já estão a diligenciar o arranjo daquela zona.

Quanto ao projeto do cais do Castelo, informou que já está em elaboração, tendo já sido feita uma primeira apresentação do que poderá vir a ser o

projeto de reconversão da piscina, dos balneários e de toda a envolvente à zona do Castelo; que uma das situações mais preocupantes acaba por ser a questão do parque de estacionamento que necessita de um melhor aproveitamento. Disse que o projeto está na fase de auscultação da “APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.” e da “APA – Agência Portuguesa do Ambiente”, sendo que já tiveram uma reunião na “APDL” para fazer questões e recolher sugestões no sentido de que o projeto possa ser aprovado.

Referindo-se à intervenção do deputado Rodrigo Pereira (GMMPP), esclareceu que em relação ao campo da Soalheira, tal como já tinha dito anteriormente, há um direito de superfície estabelecido pelo período de 50 anos cinquenta anos com a “Associação Desportiva e Cultural de Bairros”, pelo que ou a associação faz a reversão desse direito de superfície, ou a Câmara Municipal tentará sensibilizá-los para que haja essa reversão.

Sobre os problemas de saneamento em Bairros, salientou que esse é um problema que existe em todo o concelho: Castelo de Paiva só tem uma cobertura de saneamento de 18%. Disse que estão a aguardar o que poderão vir a ser os fundos comunitários, e que haja também da parte do Governo e da “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” uma discriminação positiva para com Castelo de Paiva, porque todos sabem do custo avultado da ligação de saneamento; que não é um problema de há doze, nem de há vinte anos, é um problema que já vem de trás: quando todos os outros municípios fizeram o saneamento, se calhar quem geriu anteriormente o Município teve outras prioridades que não nesse sentido; que tem havido a preocupação do executivo de que todas as empreitadas que têm sido lançadas incluam o saneamento.

Sobre a “ACUP – Associação dos Combatentes do Ultramar Português”, deu nota que houve uma cedência em regime de direito de superfície de um edifício municipal àquela associação por um prazo de cinco anos, para que a mesma possa submeter e aprovar um projeto, sendo que após essa aprovação o direito de superfície prolonga-se por mais cinquenta anos.



Disse que a “ACUP – Associação dos Combatentes do Ultramar Português” tem feito alguns contactos, porque não concorda, em parte, com o que está previsto no documento que foi aprovado em reunião de Câmara pelo anterior executivo, sendo o documento que está em vigor.

Realçou que a “ACUP – Associação dos Combatentes do Ultramar Português” tem cinco anos para o fazer o projeto e para começar a obra, sendo que já deu à associação alternativas de alguns terrenos que possam servir os seus intentos, mas que isso é uma decisão da direção da “ACUP – Associação dos Combatentes do Ultramar Português”.

Em relação ao acidente em Várzea, Bairros, referiu que lamentava o conteúdo da intervenção do deputado Rodrigo Pereira (GMMPM), porque vir colocar o ónus do que aconteceu no Presidente da Câmara, no seu executivo, ou em qualquer que seja o deputado presente na AM, é lamentável. Salientou que aquele arruamento nunca esteve asfaltado; que o ter entrado ali um camião com quarenta toneladas é culpa do presidente da Câmara, dos Senhores Vereadores, dos deputados da AM; que vir a uma AM insinuar que o Presidente da Câmara é responsável pela perda de uma vida é lamentável; que acha que tem que haver algum decoro, respeito e ponderação.

Referindo-se à intervenção do deputado Manuel Mendes (GMPS), respondeu que tem total confiança no Sr. António Costa, a quem convidou pessoalmente para ser o candidato à UF de Sobrado e Bairros, e que foi eleito por uma larga maioria dos municípios daquela União de Freguesias. Disse que não viu o GMPS perante outros elementos daquele partido, no decurso dos mandatos de 12 anos, que foram constituídos arguidos, pagaram injunções, vir à AM questionar a confiança, a credibilidade e a legitimidade dessas pessoas, pelo que à justiça o que é da justiça, à política o que é da política; que o anterior Presidente da Câmara ainda é arguido num processo ligado ao turismo, e já o era quando exercia o cargo de Presidente da Câmara, tendo questionado onde é que estava o deputado



Fls. 305

Manuel Mendes (GMPS) a questionar da confiança (nem o PSD que estava na oposição o fez).

Sobre a recomendação aprovada pela AM para a eventual aquisição de uma parcela de terreno, questionou se o GMPS tem uma noção de quantos terrenos são vendidos ou transacionados na freguesia de Sobrado, ou se é só porque o terreno foi adquirido por um militante do PSD e membro do executivo da Junta da UF de Sobrado e Bairros, aquisição essa que foi legítima e atestada por duas testemunhas. Disse que era importante que o deputado Manuel Mendes (GMPS) dissesse quem foram essas testemunhas, e quem é que andou a intermediar a venda do terreno, alguém que porventura até veio aos serviços municipais questionar se o terreno tinha aptidão construtiva.

Salientou que enquanto Presidente da Câmara não está contra ninguém, seja de que partido que for, que queira investir no concelho, porque têm de promover o desenvolvimento económico de Castelo de Paiva.

Questionou se o GMPS vai propor uma recomendação no sentido de se retirar às famílias os novos apartamentos que têm sido adquiridos no concelho para que fiquem para a Câmara Municipal utilizar na “ELH – Estratégia Local de Habitação”; que se é essa a recomendação o GMPS vai-se dedicar ao ramo imobiliário.

Deu nota que não viu o executivo do PS com a preocupação de exercer o direito de opção pelos terrenos junto à Biblioteca Municipal e à sede da UF de Sobrado e Bairros, e que são contíguos a terrenos municipais.

Apelou ao GMPS que defina que se o que interessa é a necessidade de se adquirir o terreno ou é a pessoa. Disse que o Município tem terrenos na freguesia de Sobrado; que se calhar a “ELH – Estratégia Local de Habitação” permite outras soluções.

Referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, Francisco Silva (GMPSD), referiu que o executivo tenta promover a igualdade de tratamento para com todas as Juntas de Freguesia.



Referindo-se à intervenção do deputado Jorge Quintas (GMMPM), referiu que efetivamente se prevê um aumento da verba global para a “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”, sendo que os valores finais ainda não estão definidos em função de alguns entraves colocados por outras Comunidades Intermunicipais, esperando que haja uma decisão rápida para que os Presidentes de Câmara da “CIM-TS” façam a sua negociação e o Governo emane os critérios para a candidatura aos fundos comunitários.

Em relação à “Noite Paivense” no Luxemburgo, referiu que teve todo o gosto em estar com cerca de 150 Paivenses. Disse que foi acompanhado pela Vereadora Liliana Vieira, enquanto convidados, e pagaram as despesas da viagem do próprio bolso. Referiu que a questão do menu ficou ao critério de quem convidou.

Relativamente ao corte de trânsito na Rua Sá Carneiro no feriado da festa do “Corpo de Deus”, informou que quem solicitou o corte de trânsito foi a Comissão Fabriqueira. Disse que no próximo ano a Câmara Municipal deverá aconselhar a que se tenha em consideração a sugestão dada pelo deputado Jorge Quintas (GMMPM).

Em relação à sessão de promoção turística do concelho realizada no Mercado do Bulhão, defendeu que são atividades uteis para a promoção de Castelo de Paiva com a presença dos nossos artesãos, dos nossos vinhos, dos Ranchos Folclóricos e de estátuas vivas.

Referindo-se à intervenção do deputado Carlos Trindade (GMPSD), respondeu que terá de se fazer uma reorganização do estacionamento no Largo Professor Joaquim Quintas, designadamente para veículos pesados, dados que existe um local para estacionamento destes veículos no lugar da Ranha.

Referindo-se à intervenção do deputado Carlos Novais (GMUCPT) sobre a zona industrial do cobre, informou que esta está assinalada no “PDM – Plano Diretor Municipal”, sendo que os terrenos estão na posse de

privados, pelo que terá de haver uma negociação para que não corram o risco de cair num processo de expropriação.

O deputado Rodrigo Pereira (GMMPM) pediu a palavra para defesa da honra.

Referiu que não disse que responsabilizava o Sr. Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores pela morte ocorrida no acidente em Várzea, mas sim que a Câmara Municipal tem uma responsabilidade, quanto mais não seja moral, porque se existisse um sinal à entrada da Ladroeira a proibir a circulação de veículos pesados com mais de 10 toneladas aquele acidente não tinha ocorrido.

O deputado Manuel Mendes (GMPS) pediu a palavra para defesa da honra.

Referiu que o Sr. Presidente da Câmara disse que ele procurou os serviços para se informar a viabilidade de construção naquele terreno. Disse que ele nunca ...

O Sr. Presidente da AM interrompeu a intervenção do deputado Manuel Mendes (GMPS) para dizer que o Sr. Presidente da Câmara não tinha dito aquilo.

O deputado Manuel Mendes (GMPS) respondeu que foi isso que percebeu.

Salientou que nem ele, nem pessoa por si indicada, se deslocou aos serviços municipais para questionar se aquele terreno era viável, ou não, para construção.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que questionou “se souber quem ou de alguém que foi”, que não disse que foi o deputado Manuel Mendes (GMPS).

O Sr. Presidente da UF de Sobrado e Bairros, António Costa (GMPSD), pediu a palavra para defesa da honra.

O Sr. Presidente da AM colocou à consideração da AM a possibilidade do Sr. Presidente da UF de Sobrado e Bairros, António Costa (GMPSD), fazer



a sua intervenção, dado que ele ainda não tinha chegado quando foram feitas as inscrições para as intervenções neste período, e foi visado em algumas dessas intervenções.

O Sr. Presidente da UF de Sobrado e Bairros, António Costa (GMPSD), referiu que fazia a sua intervenção no período destinado à intervenção do público.

O deputado Manuel Mendes (GMPS) respondeu que o GMPS não se opunha a que o Sr. Presidente da UF de Sobrado e Bairros, António Costa (GMPSD), interviesse, mas de acordo com o Regimento esta parte da AM é para questões pontuais. Disse que o referido deputado, apesar de ter chegado depois das inscrições, podia ter dado indicação à Mesa que tinha vontade de intervir, mas não se opunha.

O Sr. Presidente da AM respondeu que já viu que o GMPS não é favorável, mas o Sr. Presidente da UF de Sobrado e Bairros, António Costa (GMPSD), já tinha encontrado uma solução. Disse que apenas quis ser coerente com todos os deputados da AM.

Respondendo ao deputado Manuel Mendes (GMPS)

O deputado Manuel Mendes (GMPS) reiterou que o GMPS não se opunha.

O Sr. Presidente da AM colocou novamente à consideração da AM a possibilidade do Sr. Presidente da UF de Sobrado e Bairros, António Costa (GMPSD), fazer a sua intervenção.

Ninguém se opôs.

O Sr. Presidente da UF de Sobrado e Bairros, António Costa (GMPSD), usou da palavra para dizer que respondendo ao deputado Manuel Mendes (GMPS), cada caso deve ser resolvido nos locais certos, pelo que devem deixar para a AM a discussão dos assuntos deste órgão, e que deixem para a Assembleia de Freguesia os assuntos que a ela dizem respeito; que deixem para os tribunais os assuntos que a eles também dizem respeito, porque senão daqui a pouco fazem-se os julgamentos em qualquer sala.

Referiu que o deputado Manuel Mendes (GMPS) anda muito precipitado, que não se deve ser “um pau mandado”.

4. Apreciação da informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.

Deliberação: A AM tomou conhecimento

Período de Intervenção do Público

5. Intervenção do Público

O munícipe José Rocha, residente na UF de Sobrado e Bairros, usou da palavra para dizer que considera Castelo de Paiva um partido.

Agradeceu aos Senhores Presidentes da Junta de Freguesia do concelho a forma como têm trabalhado, tal como agradecia à Câmara Municipal a forma como está a elaborar os processos em casa freguesia.

Referiu que os deputados da AM foram eleitos para apresentar propostas que melhorem o futuro do concelho, não sendo isso o que tem vindo a acontecer.

Deu nota que há carências ao nível da formação profissional no concelho que se reflete nas empresas e nas escolas, defendendo que a formação profissional é um dos motores de desenvolvimento do concelho.

O munícipe Manuel Miranda, usou da palavra para louvar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, Francisco Silva (GMPSD), por ter dito que no anterior mandato havia diferença de tratamento das freguesias em função da cor partidária de uma ou de outra.

Referiu que o ex. Vice-Presidente da Câmara o andou a enrolar durante 12 anos sobre o seu caminho.

Deu nota que junto ao seu quiosque acumula-se muita água em tempos de chuva.

Deu também nota que a paragem dos autocarros foi deslocada para junto do “Minipreço” enquanto decorriam as obras de requalificação do Largo do Conde, tendo questionado se este ano haverá alguma alteração aquando das festas de S. João.



O município Joaquim Moreira, residente na UF de Sobrado e Bairros, usou da palavra para dizer que ainda não obteve nenhuma resposta à questão das “ervas” junto às escolas.

Questionou quem é que paga as sessões extraordinárias da AM, porque durante este ano já foram realizadas três, no montante de 9.000,00€, tendo sido deitado dinheiro ao rio (é um bom negócio para os deputados da AM). Referiu que depois falta tudo: saneamento, etc.

Referiu que o município Sr. Soares está sem acompanhamento da parte da Câmara Municipal.

O município Manuel Mendes usou da palavra para dizer que resultou da intervenção do GMPSD uma palavra de um putativo compadrio sobre o terreno.

Deu nota que o anterior executivo teve como prioridade pagar a dívida que herdou; que é um facto que a “ELH – Estratégia Local de Habitação” é um projeto recente. Disse que apenas referiu o nome do proprietário, porque o Sr. Presidente da UF de Sobrado e Bairros disse que desconhecia, não se tratando de uma questão pessoal, mas sim de uma questão estratégica para o Município; que também ficou evidente que há uma preferência por beneficiar os privados em detrimento do benefício público, sendo que desejam sucesso aos investidores, mas que viam aqui a possibilidade de se adquirir um terreno a um preço bastante justo para o Município.

Referiu que dá a ideia que por vezes o PSD está mais interessado na agenda política do PS do que em exercer as suas funções governativas; que a função do PS é fazer oposição e a função do executivo é exercer as funções executivas.

Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da UF de Sobrado e Bairros, referiu que também há tanto adulto, tanto aposentado que também é “pau mandado”. Disse que o Sr. Presidente da UF de Sobrado e Bairros deve ter mais conteúdo para lhes dizer.

Deu nota que no final da Assembleia de Freguesia da UF de Sobrado e Bairros, ao cumprimentar um eleito em funções para se despedir (irá negar



Fls. 308

porque as pessoas que assistiram também irão negar), este apertou a sua mão de forma peculiar e disse “põe-te fino”; ou usarem expressões “vai-te embora”, “ponho-te cego”. Disse que estas expressões devem envergonhar qualquer um dos eleitos; que se inicialmente se sentiu ameaçado e coagido, agora sente-se envergonhado; que em Castelo de Paiva há eleitos que envergonham a democracia portuguesa; que por muito que o tentem ameaçar e coagir nunca o calarão: a democracia existe e deve ser exercida por todos e não apenas nas cerimónias do 25 de abril.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para, referindo-se à intervenção do Sr. Joaquim Moreira, dizer que não se deitou dinheiro ao rio com a realização das sessões extraordinárias da AM, ou seja, todas as AM foram convocadas nos termos regimentais; os vinte e sete deputados eleitos foram eleitos pelos Paivenses e representam-nos, sendo que no âmbito das suas competências convocam AM sempre que o entendam, desde que se cumpra a lei e o Regimento; que não admitia que o referido município apelide o agendamento das sessões extraordinárias da AM de bom negócio para os deputados da AM.

Relativamente à questão das “ervas”, referiu que a Professora Beatriz Rodrigues respondeu a essa questão, bem como à questão relativa à alimentação, ou seja, que a escola é responsável pelos alunos quando eles estão dentro daquele espaço, e que saindo fora da escola com a autorização dos pais, esta não pode ser responsabilizada pela má alimentação que eventualmente alguns alunos façam, ou pela “erva”, conforme disse o município, que as pessoas possam consumir fora da escola. Disse que a “GNR – Guarda Nacional Republicana” certamente estará atenta a isso, e que os órgãos autárquicos apenas podem pedir àquela força de segurança um reforço da vigilância.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para, referindo-se à intervenção do município Manuel Miranda, esclarecer que há um desnível no passeio junto ao quiosque que provoca a acumulação de água, algo que será regularizado pelos serviços municipais.

Referindo-se à intervenção do município Joaquim Moreira, respondeu que os serviços de ação social da Câmara Municipal têm acompanhado e falado com o Sr. Soares por diversas vezes, mas tem de haver vontade do próprio em ser ajudado.

Referindo-se à intervenção do município Manuel Mendes, respondeu que se o anterior executivo pagou dívida, que o atual continua a paga-la, e não vai, conforme fez o anterior executivo, queixar-se disso durante doze anos: vai arregaçar as mangas e tentar fazer melhor.

Salientou que gostou da expressão “exercer as funções executivas”, referindo que é isso mesmo que irão fazer; que não necessitam de recomendações da AM para exercer essas funções, e ser só quando certa e determinada pessoa faz um negócio com outro particular. Disse que estão a falar de um terreno junto à feira que foi vendido por um particular a outro particular; que não haja a confusão que foi o Município que vendeu o terreno a um particular abaixo que preço, ou que foi o Município que comprou a um particular a cima do preço do mercado. Referiu que fez algumas questões às quais o Sr. Manuel Mendes não respondeu (repetiu as questões que tinha então colocado); que esta questão do lembrar da política do antigamente: se um empreiteiro é do partido A não pode construir em Castelo de Paiva, mas se é do partido B já pode; se frequenta aquele estabelecimento não pode ser atendido na Câmara Municipal, mas se frequenta outro já pode.

O município Joaquim Moreira usou da palavra para defesa da honra.

Referiu que o Sr. Presidente da AM disse que os deputados da AM podem convocar as sessões extraordinárias da AM que entenderem, tendo questionado quem é que paga.

Período da Ordem do dia

6. Apreciação e deliberação – Alterações ao Anexo I da Postura Municipal de Trânsito da Vila de Sobrado.

Presente para apreciação e deliberação uma informação do Departamento Técnico da Câmara Municipal referente ao assunto em título, que ficará arquivada na pasta anexa à presente ata.

O deputado Jorge Quintas (GMMPPM) usou da palavra para dizer que na proposta diz que é proibido estacionar em todo o perímetro do Largo do Conde, algo que não comprehende; que os táxis estacionam a nascente e trinta minutos a poente, ou seja, que a maior parte do perímetro continua a ser ocupado com estacionamento.

Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se os pinos do Largo do Conde que estão danificados vão ser substituídos nas zonas onde há estacionamento para delimitar a circulação do trânsito.

O deputado Carlos Novais (GMUCPT) usou da palavra para dar nota do estacionamento abusivo junto à escadaria da igreja, algo a que deve ser posto termo.

O deputado Rodrigo Pereira (GMMPPM) usou da palavra para dizer que deve ser corrigida a legislação invocada no documento: não é o artigo 118.º, mas sim o artigo 100.º e 101.º.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer que relativamente ao estacionamento abusivo que a Câmara Municipal tem estado a acompanhar, ou seja, ainda recentemente foi recolhido um dos comandos que estava junto do comércio (espaço junto à igreja é para cargas e descargas, tendo sido distribuído um comando para o comércio e outro para a igreja), porque deveria ser utilizado apenas para situações de cargas e descargas, e não para permitir o estacionamento. Disse que também será colocado um sinal de proibição de estacionamento que permita que a “GNR – Guarda Nacional Republicana” atue.

Sobre os pinos, respondeu que foi feito um procedimento para a sua aquisição, dado que também têm de ser colocados junto à entrada da Quinta da Boavista e na rua de acesso ao “Minipreço”.

Informou que a Comissão Municipal de Trânsito considerou que se deveria proporcionar o estacionamento em todo o perímetro do Largo do Conde,



sendo que a maior parte das zonas de estacionamento se encontram delimitadas pelos pinos, não podendo os veículos estacionar ai.

Referindo-se à intervenção do deputado Rodrigo Pereira (GMMPPM), explicou que o artigo 118.º se aplica ao procedimento de consulta pública, mas vai dar nota aos serviços e se houver algum lapso vai-se proceder à correção do documento.

Deliberação: Apreciadas e aprovadas por unanimidade as alterações ao Anexo I da Postura Municipal de Trânsito da Vila de Sobrado.

7. Apreciação e deliberação - Projeto de “Regulamento Municipal de Atribuição de Prestações Pecuniárias de Carência Económica e de Risco Social do Município de Castelo Paiva”.

Presente para apreciação e deliberação o Projeto de “Regulamento Municipal de Atribuição de Prestações Pecuniárias de Carência Económica e de Risco Social do Município de Castelo Paiva”, que ficará arquivado na pasta anexa à presente ata.

O deputado Jorge Quintas (GMMPPM) usou da palavra para dizer que a Lei n.º 50/2018 transfere para os Municípios e para as Comunidades Intermunicipais as competências na área social, constituindo assim mais uma responsabilidade na gestão que cai nas Câmaras Municipais; que não sabe se os custos que daí advém vão ter a devida dotação financeira.

Deu nota que no artigo 5.º do Regulamento diz, e citou: “... ter idade igual ou superior a 18 anos em situação de autonomia ...”. Perguntou se essa autonomia se refere a autonomia física ou psicológica, e se não está previsto neste artigo que se o requerente for emancipado pode, ou não, ser contemplado.

Referiu que no artigo 16.º está previsto que quem vai tomar a decisão das verbas a atribuir ao requerente será o Vereador da ação social. Disse que o pelouro da ação social da Câmara Municipal não está atribuído a um Vereador, mas sim ao Presidente da Câmara, tal como está previsto nos artigos 18.º e 22.º, pelo que a redação desses artigos deveria ser no sentido de quem está mandatado no referido pelouro.



O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer que efetivamente no artigo 5.º ao referir “ter idade igual ou superior a 18 anos” é equiparado a ser emancipado, conforme prevê a lei geral, e que a autonomia se refere a autonomia psíquica.

Explicou que o Regulamento não se aplica apenas ao presente mandato, porque todos os pelouros pertencem ao Presidente da Câmara, que depois os delega conforme o entender.

Deliberação: Apreciado e aprovado por unanimidade.

8. Compromissos Plurianuais – 1.º Trimestre de 2023 – Conhecimento.

Presente para conhecimento a relação dos Compromissos Plurianuais referentes 1.º Trimestre de 2023, que ficará arquivada na pasta anexa à presente ata.

Deliberação: A AM tomou conhecimento.

9. Apreciação – Educação em Castelo de Paiva – Análise e conclusões à sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 9 de Junho de 2023.

O deputado Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para dizer que o GMPS solicitou a inclusão deste ponto, porque entende que seria importante que todos os eleitos tirassem conclusões após a realização da AM, porque a sessão foi bastante longa, o tempo era cronometrado, e certamente que as intervenções finais podiam estar sujeitas a contributos e, se calhar, não os aproveitaram com o devido tempo. Disse que passado uma semana acham que é importante perceber que sinergias é que têm em comum.

O deputado Carlos Novais (GMUCPT) usou da palavra para dizer que achando o GMUCPT que havendo ainda mais a discutir, defendeu que todos os contributos foram importantes e carecem de reflexão mas, sobretudo, de coragem política.

Referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Rocha (GMMPM), disse que todos serão bem-vindos para trabalhar em Castelo de Paiva, e que não acredita numa escola que funcione com três

ou quatro alunos, que não acredita que as turmas mistas sejam vantajosas para se agrupar seis ou sete alunos, conforme acontece em Vila Verde.

Salientou que todas as crianças do concelho merecem ter a mesma dignidade; as mesmas oportunidades que as condições dos centros escolares oferecem.

Referiu que não querendo vincular já uma qualquer decisão, continuam a achar que a construção de três centros escolares modernos poderá ser o caminho a curto e médio prazo para o concelho.

Compreende que seja difícil para cada um dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia ver as suas escolas a fechar, porque se perde o dinamismo daquele local e daquela freguesia, mas não ter coragem política para decidir este problema não é solução. Disse que hoje olham para concelhos vizinhos e vêm centros escolares modernos que agrupam várias freguesias; que a questão da aprendizagem em idades tão precoces obriga a dar condições às crianças do concelho.

Deu nota que há um problema de natalidade no país e no concelho que não mudará rapidamente, não sabendo se o irão mudar algum dia.

Enalteceu a coragem do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Rocha (GMMPPM), mas reiterou que há um problema que tem de ser resolvido rapidamente, e manter uma escola aberta com meia dúzia de alunos não é solução.

Defendeu que a criação de um polo de ensino profissional no Município em articulação com as empresas é fundamental.

Concluiu, felicitando o PS por ter introduzido este tema, não sendo solução o arrastar do problema, tal como foi feito nos últimos anos, fazendo tudo por tudo para não fechar algumas escolas em função de alguns interesses.

O deputado Ângelo Fernandes (GMPS) usou da palavra para dizer que este assunto é para si muito sensível.

Sobre a questão da natalidade, disse que foi Presidente da Associação de Pais do Couto Mineiro do Pejão nos anos 90, e nessa altura havia um

conjunto de jovens que hoje estão na casa dos 30 anos, sobre os quais às vezes se questiona onde é que andam.

Deu nota que há muita procura de casas para reconstruir em Pedorido da parte de jovens que saíram do concelho e que agora querem regressar, pelo que reconhecendo que há um problema de natalidade, o maior problema do concelho de há quarenta anos para cá é o problema da habitação, pelo que têm de ajudar os jovens a obter habitação.

Propôs a criação de uma via externa em Pedorido que proporcionaria a criação de novos projetos de loteamentos.

Defendeu que o ponto fulcral é encontrar espaços onde os jovens possam construir as suas habitações.

Concluiu, referindo que o atraso que se verifica no concelho ao nível da educação deve-se um pouco à responsabilidade de todos os deputados da AM.

O deputado Carlos Trindade (GMPS) usou da palavra para deixar duas notas prévias: primeiro, louvar a coragem do Sr. Presidente da Câmara e do seu executivo pelo lançamento do procedimento de revisão da Carta Educativa, cuja última revisão ocorreu no ano de 2006, sendo que nos termos da lei deveria ter sido revista no ano de 2016, algo que não aconteceu; segundo, foi o PS que requereu uma sessão extraordinária da AM para se discutir o problema da educação, e muito bem, porque é um problema que os deve preocupar a todos, mas tendo olhado atentamente para o requerimento, lamenta profundamente que o anterior Presidente da Câmara o tenha assinado mas não tenha estado presente na sessão, o que revela alguma coisa. Disse que o Dr. Gonçalo Rocha deveria ter estado na sessão a discutir o tema da educação, porque foi Presidente da Câmara durante doze anos.

Deu nota que esteve ligado à educação e sempre disse que caminhavam para um grande problema, designadamente ao nível do insucesso escolar. Referiu que na altura saiu um estudo que dizia que um casal que tenha um filho, antes de ele nascer e até ficar formado, esse casal gasta cerca de



200.000,00€. Disse que este é um “fardo” pesado para um casal, e se calhar um dos problemas da natalidade também está ai, ou seja, o encargo que é ter um, dois, três ou mais filhos.

Defendeu que devem fazer um debate (fora do ambiente da AM) mais profundo para se perceber como é que vão resolver o problema da educação, convidando diversas entidades que não estiveram presentes com antecedência, como foi o caso da “ACI – Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva”, que não respondeu positivamente ao convite pelo facto de lhe ter sido enviado com uma antecedência de 48 horas da realização da AM.

Referiu que as Senhoras Diretoras dos Agrupamentos de Escolas têm razão em algumas coisas que dissera, mas se calhar noutras nem tanto.

Defendeu também que têm de olhar para o problema num sentido mais amplo, para depois olharem para o concelho, porque as leis partem da capital e depois têm de as aplicar, pelo que têm de olhar a forma como as devem aplicar.

Deu nota que os Municípios se têm vindo a confrontar com a transferência de competências, com a assunção de mais responsabilidades e encargos, sendo que há problemas no país ligados à educação, à saúde e finanças que não são de agora, pelo que se imagine agora os Municípios terem de lidar com o problema da educação.

Salientou que não tem a menor dúvida que se caminha a passos largos para o encerramento de escolas, pelo que têm de pensar como é que vão resolver este problema.

Louvou o UCPT por ter apresentado a proposta relativa á criação de três polos escolares no concelho, acreditando que o executivo aceitará de bom grado todas as propostas que façam chegar, e que o PSD também está a pensar, dai ter pensado na revisão da Carta Educativa.

Concluiu, referindo que espera que o futuro da educação no concelho seja risonho.

O deputado Manuel Mendes (GMPS) interveio novamente para dizer que o GMPS agendou este ponto porque surgiram pontos no debate que são comuns.

Referiu que a AM não é perfeita: lamentam a ausência dos técnicos; dos representantes que podiam dar uma perspetiva empresarial; do “IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional”; do Sr. Presidente da “ACI – Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva”; da Associação de Estudantes e da “Dgeste”.

Defendeu que outro aspeto que não foi positivo foi a questão dos tempos, referindo que o rigor que não houve para os convidados, também deveria ter existido com os GM, deveria ter havido uma maior flexibilidade até porque houve elevação no debate.

Deu nota como positiva a intervenção do deputado Carlos Trindade (GMPSD), que mudou de opinião, porque se semana passada disse que a sessão era inoportuna e intempestiva, hoje diz que deve haver uma maior profundidade (ficam todos a ganhar).

Salientou que ao nível das conclusões, olhando para uma perspetiva da organização das escolas, há situações nas quais os órgãos municipais não podem intervir, mas noutras sim: as Senhoras Diretoras dos Agrupamentos de Escolas dizem que o concelho tem um ensino de excelência; que também afirmam que a população estudantil tem vindo a diminuir. Disse que não o preocupa o facto de a sua escola estar em primeiro, ou em ultimo, no ranking das escolas, mas sim o distanciamento entre o primeiro e o ultimo lugar, por exemplo, se o concelho estivesse em último lugar e a sua nota fosse dezassete (média) e a máxima fosse dezanove, ficava satisfeito porque apesar de estar em ultimo, estavam com excelentes resultados (o que o preocupa é a média dos resultados); que a “Academia de Música de Castelo de Paiva” mantém um exercício profissional de excelência, no entanto, não sente vontade em fazer um “upgrade”, ou seja, a sessão com que ficou foi a de que não estarão recetivos a um polo superior da música, ou a uma escola profissional das artes, que inclua mais



do que a música no seu ensino; que numa outra perspetiva não pedagógica, mas no sentido técnico, a explicação apresentada pelos técnicos da empresa “FNWay” trouxe-lhes uma fotografia da situação do concelho, sendo que relativamente a alguns dados todos tinham essa consciência, podendo faltar observações estatísticas concretas para trabalhar melhor esses dados. Referiu que é dito que o rendimento do concelho é baixo; tem vindo a perder população, alunos, residentes, e fazem indicações para o futuro, por exemplo, melhorar as atuais condições das escolas; julga que terão falado na creche gratuita; defendem a reorganização das escolas com um polo escolar por freguesia; indicam a requalificação da escola EB2/3 como imprescindível para o desenvolvimento do ensino no concelho; focam a possibilidade de um polo de ensino superior e reforçam a necessidade do ensino profissional (polo), sendo que o defenderam o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, Francisco Silva (GMPSD), o GMPS, o GMUCPT e o GMMPM, ou seja, há pontos comuns que todos defenderam. Disse que se defendem pontos comuns, trabalham de forma comum para combater este problema, havendo o ponto de vista político que é aquilo que cada GM absorveu e contribuiu para a própria AM e hoje poderá dar o seu contributo; que certamente haverá divergências, por exemplo o partido do poder diz que estiveram doze anos sem rever a Carta Educativa, mas quando chegarem à Carta Educativa falarão dela, dado que não é este documento que vai salvar o concelho, é um documento técnico, dá indicações.

Questionou se não é óbvio que é suposto que a revisão da Carta Educativa seja feita com transparência, se é suposto a empresa trabalhar de forma eficiente em todos os locais onde elabora Cartas Educativas.

Questionou também porque é que a “ADEP – Associação de Defesa e Estudo do Património Histórico e Cultural de Castelo de Paiva” não foi convidada a participar no processo de revisão da Carta Educativa.

Referiu que a Senhora Diretora do Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva afirmou que há fuga de alunos dentro do Município para IPSS. Disse

que há aqui questões comuns: toda a gente concorda que o concelho está a perder população, alunos; que salas com poucos alunos não são rentáveis; toda a gente concorda que é preciso agir, sendo que o que têm em comum é que os custos de vida são elevados, pelo que aproveite-se a “ELH – Estratégia Local de Habitação” que pode minorar essa situação; que a conclusão da Variante à EN 222 possa contribuir para aproximar o concelho do litoral, e a construção do IC35 possa contribuir para a aproximação ao polo do Tâmega e Sousa.

Alertou para o facto de o concelho ter vias rápidas para outros centros mais desenvolvidos, que não só nos aproximam do desenvolvimento, como podem contribuir para a migração das pessoas residentes, podendo-se minimizar isso disponibilizando terrenos para construção; o concelho ser uma periferia do grande Porto.

Concluiu, referindo que o GMPS olhou para este tema da forma mais apartidária possível, e da forma mais construtiva possível para o desenvolvimento do concelho.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Rocha (GMMPPM), usou da palavra para, referindo-se à intervenção do deputado Carlos Novais (GMUCPT), dizer que tem grande respeito pelos imigrantes. Referiu que parece que está toda a gente acomodada quando se diz que no final do século a população portuguesa será de 9.000.000 de pessoas, pelo que o que se tem de discutir é a questão da natalidade; que uma vez que ninguém toma decisões a partir de Lisboa, nomeadamente o partido que mais tempo tem governado o país, o PS, têm de ser os territórios de baixa densidade a fazer acordar Lisboa para que dê condições aos nossos jovens para procriarem, mas que estes lhe dizem que não o fazem porque não ganham o suficiente.

Defendeu que é necessário que o Governo dê um apoio forte aos nossos jovens, que têm de apostar muito mais nos jovens portugueses, porque se ao nosso lado se ganha muito mais e eles vão “fugir” para lá.

Defendeu também que um casal precisa de ter um rendimento de 2.500,00€ para ter filhos, referindo que o Governo tem de fazer um esforço para numa década se passar de 89.000 nascimentos ocorridos em 2022, para 220.000,00/ano, para que o país tenha mais cerca de 1.500.000 pessoas.

Referiu que não quer uma raça pura lusitana, quer um país aberto a todo o mundo, sendo que tem que se dar enfase aos nossos jovens.

Salientou que se tirarem as escolas à freguesia de Real (GMUCPT falou na criação de três centros escolares, mas não falou de Real), esta morre, ninguém quererá lá viver; que hoje ouviu que haverá um programa no sentido do encerramento de escolas, tendo solicitado que informem previamente os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia para se poderem manifestar.

Referindo-se à sessão extraordinária da AM de 9 de junho, disse que algumas intervenções deveriam ter sido limitadas, porque por vezes falou-se de tudo, e pouco sobre o tema da AM.

O deputado Carlos Novais (GMUCPT) usou da palavra para, referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Rocha (GMMPP), justificar que quando falou na criação de três polos escolares no concelho, disse que esta posição não era vinculativa nem era uma proposta, é uma ideia.

A deputada Vanessa Pereira (GMPSD) usou da palavra para dar duas notas iniciais: primeira, para esclarecer o deputado Manuel Mendes (GMPS) que o que o PSD disse, tal como referiu na AM extraordinária, foi que não concordavam com o timing da realização dessa AM porque estavam no meio de um processo de revisão da Carta Educativa, e que nunca disseram que não queriam fazer um debate profundo sobre o assunto; segundo, dar nota da expressão usada pelo referido deputado com a qual não concorda de que “até houve elevação no debate”, porque até parece que estão habituados a que não haja elevação no debate.

Referiu que é verdade que há pessoas que fazem parte da AM, e que foram os primeiros eleitos pela lista desse partido, que deveriam estar aqui a dar

contributos, e a explicar aos Paivenses porque é que durante doze anos o Município não teve um plano, uma estratégia e uma orientação.

Realçou que é verdade que o PS demonstrou interesse neste tema ao fim de doze anos, porque o executivo em permanência do PSD iniciou um processo de revisão da Carta Educativa; que é verdade que o deputado da AM Manuel Mendes (GMPS), em todas as AM em que esteve presente nos últimos quatro anos (leu todas as atas), não fez uma única intervenção sobre a educação; que é verdade que a redução do número de alunos não é só de agora, esse número tem vindo a reduzir desde 2011 (concelho perdeu mais de 500 alunos), mas o deputado Manuel Mendes (GMPS) que hoje está preocupado com a educação, e bem, nos quatro anos em que foi líder do GMPS aquando do seu executivo do PS, nunca teve o ímpeto e a vontade de discutir a educação, nem que fosse para dizer ao seu partido que estava no poder que havia que rever a Carta Educativa; que é verdade que a decisão também vai depender da vontade política de todos, e aquilo que não foi feito nos últimos doze anos, porque se calhar não houve competência para definir um rumo para a educação, porque é difícil fechar escolas (nenhum Presidente de Junta vai aceitar de animo leve fechar escolas na sua freguesia), pelo que é preciso que as posições sejam concertadas, e que se calhar pela primeira vez ao fim destes anos todos se pense no interesse dos alunos, em vez de se pensar que encerrar uma escola numa freguesia custa votos.

Reiterou as felicitações ao executivo municipal por ter iniciado o processo de revisão da Carta Educativa, porque parece que tocou na consciência das pessoas sobre a necessidade de se discutir a educação e a natalidade.

Deu nota que o Sr. Presidente da AM foi o primeiro a falar da natalidade numa AM descentralizada na UF da Raiva, Pedorido e Paraíso, na altura ninguém percebeu porquê, mas passado pouco tempo toda a gente apresentava propostas para reverter o deficit de natalidade. Disse que chegados ao ponto em que existe um decréscimo do número de crianças; que têm escolas que foram deixadas em más condições; que têm a



Fls. _____

necessidade de parar para pensar e fazer aquilo que não foi feito nos últimos doze anos, que é planear, escolher um caminho e assumirem todos, com os contributos de todos, o que é que querem fazer no futuro para salvaguardar o bem-estar das crianças.

Referiu que quando se fala na transparência, também se pagaram milhares de euros para se rever o “PDM – Plano Diretor Municipal”, e não houve essa transparência: não foram chamados os partidos para se pronunciarem antes da reunião de Câmara.

Referiu também que foram ouvidas várias instituições na revisão da Carta Educativa, tendo sido solicitados contributos à AM e aos GM que poderiam ter sugerido outros, e não o fizeram.

Salientou que a realidade não é aquela que querem mas não podem fugir dela, pelo que a decisão que vai ser tomada no futuro, ao contrário do que foi feito, depende da responsabilidade de cada um, e é esta a altura de todos terem a coragem de dizer presente e de apresentarem soluções que preservem o interesse das crianças.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que relativamente aos tempos e ao rigor, ou à falta dele, que não fazia mais nenhuma consideração, porque isso já foi explicado na última AM, designadamente como, e quem, é que quis que ela assim fosse.

Relativamente à ausência da “ACI – Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva” da sessão da AM extraordinária de 9 de junho, disse que recebeu o requerimento do GMPS no dia 6 de junho às 19:58h, e que dada a impossibilidade do “IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional” estar presente, para convidar a “ACI – Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva”. Disse que fez o convite às 9:37h do dia 7, lembrando que no dia 8 era feriado e a AM estava marcada para o dia 9 às 14:00h, tendo o Sr. Presidente da “ACI” declinado o convite pelo facto de ter sido feito com menos de 48 horas de antecedência, conforme comunicação que tinha partilhado com todos.

Fls. 315



Fls. 315

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que a educação terá de ser novamente debatida.

Referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Rocha (GMMPM), referiu que não há abertura, nem encerramento de escolas, por decisão unilateral da Câmara Municipal, dado que é um trabalho que tem de ser feito entre a autarquia, Juntas de Freguesia e Diretoras dos Agrupamentos de Escolas.

Informou que o montante de 30.000,00€ não é só para a revisão da Carta Educativa, é também para a elaboração do Plano de Saúde e Bem-Estar.

Informou também que a Carta Social foi elaborada com a colaboração de técnicos do Município e a assessoria foi paga à “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”, isto para demonstrar que os técnicos da área social e da área da educação estão a fazer ambos um trabalho meritório.

Referindo-se à intervenção do deputado Manuel Mendes (GMPS), que disse que têm a “ELH – Estratégia Local de Habitação” para fixar pessoas, esclareceu que a estratégia foi delineada tendo como base as famílias que vivem em condições indignas e que foram referenciadas no relatório, ou seja, trata-se de habitação para resolver processos de Paivenses já referenciados, não podendo ser usada para a fixação de pessoas oriundas de fora do concelho.

Referindo-se à intervenção do deputado Ângelo Fernandes (GMPS), referiu que uma das preocupações que o executivo tem tido ao nível da “ELH – Estratégia Local de Habitação”, designadamente nas aquisições que tem feito de terrenos, lembrando que um dos terrenos adquiridos em Real tem cerca de 16.000 m², e outro em Bairros tem 12.000 m², é no sentido de que o terreno sobrante possa ser posto à venda a um preço reduzido, ai sim, para fixar pessoas.

10. Testamento do Conde de Castelo de Paiva – Análise e perspetivas futuras.



O deputado Carlos Novais (GMUCPT) usou da palavra para dizer que em boa hora o Vereador Ricardo Jorge decidiu “dar o corpo às balas” e estar numa mesa redonda convocada por uma associação. Disse que muitas das considerações que foram feitas levaram à aprovação na última reunião de Câmara, por unanimidade, de uma proposta no sentido de que cada partido e grupo municipal, juntamente com o Sr. Presidente de Câmara, reunisse com o Dr. Bernardo Alegria para tentar dar seguimento a algo que é um facto novo: quem esteve presente naquela sessão (ele esteve) viu que há um dado novo que vai mudar tudo aquilo que possam pensar sobre uma possível solução para a Casa/Quinta da Boavista.

Apelou ao Sr. Presidente da Câmara para que encare a possibilidade que todos ouviram como uma nova era para uma resolução da Casa/Quinta da Boavista, porque acha que é uma oportunidade única para o concelho; que têm todos de perceber se as pretensões apresentadas serão mesmo assim, e se poderão encontrar um novo caminho para a Casa da Boavista.

Referiu que se mantêm algumas dúvidas: o Vereador José Manuel Carvalho falou na última reunião de Câmara, e bem, dos artigos rústicos e urbanos, porque há um conjunto de dúvidas alargadas, mas há uma certeza que é se não as questionarem, não as abordarem, não as debaterem, nunca chegarão a uma solução.

Pedi ao Sr. Presidente da Câmara que a partir desse dado novo não encontre chavões para a não resolução do problema em anos anteriores, porque há um novo tempo, uma nova era, e têm de a aproveitar.

Defendeu que se deveria ir mais longe; o GT fez um trabalho exímio e deveria estar envolvido (está indiretamente), parecendo-lhe que este é um assunto no qual têm de deixar as cores partidárias de lado; deixar de lado a questão de quem fez a proposta; que têm de ter muita cautela, porque estão a falar do maior património o Município, pelo que deveriam encontrar uma solução em conjunto para o problema.

O deputado João Vieira (GMMPPM) usou da palavra para explicar o conteúdo da sua intervenção na última reunião de Câmara, porque o serviço

de espião em funcionar muito bem, uma vez que passado pouco tempo o Dr. Bernardo Alegria já sabia da sua intervenção.

Explicou que o que disse foi que aquando das comemorações da morte do Sr. Conde, e perante as afirmações do Dr. Bernardo Alegria, nomeadamente a cedência do usufruto para a construção do parque urbano, que fazia todo o sentido o Dr. Bernardo Alegria faze-lo diretamente à Câmara Municipal, e não precisar de um mensageiro “para entregar a carta a Garcia”. Disse que parece que tinha razão porque recebeu duas mensagens do Dr. Bernardo Alegria, e porque no dia seguinte fez exatamente o que ele disse na reunião de Câmara, escrevendo uma carta ou e-mail à Câmara Municipal.

Salientou que fica admirado ao ouvir algumas intervenções, porque o Dr. Bernardo Alegria era um “artista” e agora já não é, já tem boas intenções.

Referiu que em relação à Casa da Boavista, e perante o que foi transmitido pelo Dr. Bernardo Alegria aquando das comemorações do centenário, que disse que prescinde do usufruto para a construção do parque urbano, parece que aquele “passou a batata quente” para o executivo. Disse que há que esperar a reação do Sr. Presidente da Câmara, que espera que seja positiva, esperando também que todos se juntem a esta causa, sabendo que um dos usufrutuários tem um processo em tribunal e com certeza será um entrave para este processo.

Realçou que conhece bem a Casa da Boavista, pelo que é um dos primeiros a aceitar de bom grado a posição do Dr. Bernardo Alegria, estando cá todos para encontrar uma solução que dê dignidade àquele espaço que é de todos os Paivenses.

O deputado Rocha Pereira (GMPS) usou da palavra para dizer que este é um tema muito caro ao GMPS desde que a AM deliberou integrar o assunto no debate local; que compreendem e respeitam que nem todas as forças políticas encarem com o mesmo sentido de gratidão.

Esclareceu que o GT de acompanhamento do testamento do Conde é uma coisa, e a AM é outra completamente diferente. Disse que aquilo que



Mandato 2021/2025
Ata n.º 14
16.06.2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

esperava é que da parte da Câmara Municipal, e/ou da parte do Sr. Presidente da Mesa, este tema fosse incluído por iniciativa dos próprios; não foi, pelo que não tinham outra alternativa senão fazer aquilo que foi feito.

Realçou que é importante fazer o debate da iniciativa levada a cabo pelo “Movimento Cidadãos do Mundo”. Disse que esteve lá, tal como o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real em representação do seu movimento, o Vereador Ricardo Jorge, o Vereador José Manuel Carvalho, o deputado Carlos Novais (GMUCPT), o deputado Paulo Teixeira (GMUCPT), a deputada Giselda Neves (GMPS), pelo que acha que em termos de representação autárquica não estiveram mal representados; que esteve presente o elemento mais importante do debate, o usufrutuário Dr. Bernardo Alegria.

Referiu que havia dois reparos a fazer: a Câmara Municipal não esteve presente, recordando que na última AM ordinária questionou o Sr. Presidente da Câmara se estava a pensar ir, tendo a ideia que o Sr. Presidente da Câmara disse que não ia devido ao facto de haver litígios pendentes entre os interessados, e que além disso as usufrutuárias não se falariam entre si; que ia enviar uma carta, carta essa que foi enviada e foi lida, sendo que se reportava do princípio ao fim à homenagem ao D. Martinho, sendo que relativamente à Casa da Boavista e perspetivas futuras nada foi referido.

Questionou o Sr. Presidente da Câmara se não poderia ter delegado em alguém que dissesse o que pensa sobre o assunto, porque depois mudou completamente de opinião, dado que na AM deu a justificação que referiu, e na carta não deu uma justificação da não ida: o que vem na carta é uma referência muito elogiosa ao passado de D. Martinho, mais nada, e que quanto ao outro ponto sobre o presente e o futuro, a decorrência do testamento ficou completamente em branco.

Reconheceu que há litígios, mas não há nenhum litígio que impede que se avance. Disse que o processo cível que está em curso da ação que foi



instaurada pela “Casa Agrícola Conde de Arrochela”, estava marcada para hoje a audiência prévia, que não se realizou por dificuldades de sala, tendo sido adiada para a próxima sexta-feira. Disse que esta ação é deduzida contra a Brites e contra a empresa “Sorriso das Árvores”, a quem foi feito o arrendamento: o que se discute é a questão do arrendamento, e isso deve ser tido em conta.

Por outro lado, referiu, em relação ao processo-crime, parece que não está a correr muito bem, porque já vai na quarta procuradora; o processo anda de um lado para o outro; foi parar a Vale-de-Cambra e a 15 de julho voltará a Castelo de Paiva. Disse que tendo a Câmara Municipal um mandatário no processo, o Dr. Gomes Ferreira, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o que é que lhes pode dizer relativamente a este ponto.

Realçou que ficou muito desapontado pelo facto da Mesa da AM não se ter feito representar. Disse que comprehende que o Sr. Presidente da Mesa tenha todo o interesse em estar presente numa reunião partidária, mas quando se está a falar num órgão coletivo que tem um primeiro e uma segunda secretária, não é entendível a ausência de alguém que representa a AM, porque dá a entender que a AM não está empenhada, algo que não significa o órgão.

Salientou a importância daquilo que foi dito pelo interveniente principal, que foi muito bem aproveitado pelos autarcas da Câmara Municipal, e que isso vai ser decisivo para que a autarquia, a gosto ou a contragosto, pensando que o executivo em permanência foi a contragosto que incluiu o ponto, questionando como é que é possível que o Sr. Presidente da Câmara tivesse dito o que disse na anterior AM, e na reunião de Câmara se tivesse autoproposto para ir representar o Município, não tendo tido a coragem de apresentar essa proposta para votação (acha que houve alguma sensatez ao não tê-lo feito).

Defendeu que é normal em democracia que as forças políticas representadas na Câmara Municipal integrem o grupo que vai receber no próximo dia 26 o Dr. Bernardo Alegria.



Questionou o Sr. Presidente da Câmara se tencionava convocar uma reunião prévia entre os deputados do executivo para preparar a reunião do dia 26; se a Câmara Municipal vai integrar alguém na sua representação, sejam técnicos ou advogados; que o Sr. Presidente da Câmara referiu que há vários Advogados envolvidos no assunto, tendo inclusive feito referência no GT da nomeação de uma sociedade de Advogados, pelo que gostaria de saber em concreto quantos Advogados é que foram contratados pelo Município e qual é a função de cada um; que relativamente ao levantamento fotográfico, disse que chegou uma comunicação a uma pergunta que tinha sido feita, mas essa questão já foi levantada há dois anos e já teve estratégias completamente diferentes, desde contratar uma empresa; depois o trabalho a ser efetuado pelo topógrafo do Município, tendo solicitado um ponto de situação, porque se o Município quer negociar com alguém, já deveria ter feito esse trabalho para terem uma avaliação dos terrenos; se do ponto de vista do Sr. Presidente da Câmara tem alguma ideia que possa partilhar com a AM no que diz respeito à estratégia que vai ser seguida, questionando se a Câmara Municipal vai partir numa posição afirmativa e clara ou, pelo contrário, vai adotar uma postura defensiva que vá mais no sentido de apurar o que serão as intenções da outra parte.

Concluiu, referindo que o GT de acompanhamento do testamento do Conde ainda não foi formalmente avisado de nada.

O deputado Carlos Trindade (GMP PSD) usou da palavra para dizer que desde 1996, data em que faleceu o Sr. Conde, se debate o problema da Quinta da Boavista, não sendo o PSD, nem o Sr. Presidente da Câmara a ter qualquer assombro sobre este assunto, sendo que todos querem ver o problema resolvido. Disse que volvidos todos estes anos pouca coisa foi feita, esperando que o Sr. Presidente da Câmara consiga resolver.

Deu nota que no entendimento do GMP PSD, há questões jurídicas muito particulares que poderão não ser de fácil resolução. Disse que há alguns anos expropriou-se um terreno e depois a proprietária também reclamou do



Fls. 318

valor dessa expropriação, tendo o Município sido condenado em milhares de euros, pelo que imagine-se o que é acontecer isso na Casa da Boavista (depois têm as dívidas).

Referindo-se à intervenção do deputado Carlos Novais (GMUCPT), disse que lamentava, e estranhava, que fazendo parte do GT de acompanhamento do testamento do Conde em representação do PSD, partido que está na liderança do executivo, em momento algum o Vereador Ricardo Jorge o tivesse contactado para fazer qualquer proposta, não obstante o referido Vereador ter dito que falou com a maioria dos representantes dos GM no GT.

Salientou que contrariamente ao que vem sendo dito noutros locais, o PSD não tem interesses; não há qualquer tipo de negócios que possam beneficiar quem quer que seja; que aquilo que o PSD procura é tentar resolver de forma ponderada aquilo que não foi resolvido ao longo de todos estes anos; que o preocupa a questão das usufrutuárias, porque “quando a esmola é muita o santo desconfia”: o Dr. Bernardo Alegria começou por exigir ser resarcido do valor que tinha despendido para entregar, mas não na sua totalidade, para colocar à disposição da Câmara Municipal os jardins ficando sempre com a casa.

Referiu que o deputado João Vieira (GMMPP) disse que interveio na reunião de Câmara e que logo a seguir veio o serviço de espionagem, referindo que tudo isso é muito estranho, dado que só pode haver interesses, porque se chegou ao Dr. Bernardo Alegria antes de passar nos meios de comunicação social, foi alguém que esteve presente e lhe telefonou e informou, pelo que não digam que é o PSD que tem interesses. Salientou que a formar de resolver o problema não pode, no futuro, acarretar encargos demasiado pesados para o Município, porque têm uma quantidade de processos judiciais que são “areia na engrenagem” do processo, que enquanto existirem não são de fácil resolução do problema da Quinta da Boavista, com muita pena sua, porque aquele espaço poderia ser a mais-valia que alavancasse o nosso concelho.



Concluiu, esperando que o Sr. Presidente da Câmara, e o seu executivo, encontrem a melhor solução para a Quinta da Boavista em benefício de todos os Paivenses.

O deputado Rocha Pereira (GMPS) interveio novamente para dizer que é preciso repor a verdade dos factos, pelo que o que foi dito pelo deputado Carlos Trindade (GMPSD) foi um lapso de memória, porque o referido deputado ainda não sabe aquilo que ele sabe sobre o testamento, referindo que é mentira que o PS ande a dormir desde 1996. Disse que foi com a morte do Sr. Viriato em 2021 que a coisa mudou, pelo que é injusto dizer que há inércia do PS.

O deputado Carlos Trindade (GMPSD) interveio novamente para dizer que a morte do Sr. Conde foi em 1997, e não em 1996, conforme tinha referido.

Referiu que em momento algum da sua intervenção referiu o PS; que o PSD não tinha qualquer assombro de peso de consciência relativamente ao testamento do Conde, pelo que a interpretação foi do deputado Rocha Pereira (GMPS), mas que se entendeu dessa forma, que isso quer dizer alguma coisa.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para esclarecer que a Mesa não esteve representada, porque no momento em que foi convidado a participar, tardiamente, já depois do evento estar anunciado, já tinha compromissos assumidos que não poderia alterar (Mesa da AM foi convidada para três eventos a realizar nesse dia que teve de declinar). Disse que os secretários da Mesa também declinaram os convites que foram dirigidos a eles, porque nesse dia não tinham disponibilidade; têm que compreender que por vezes as pessoas não têm disponibilidade, e que a AM não foi convidada com a nobreza que também merece.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que conforme já disse várias vezes, é o 4.º Presidente de Câmara desde 1997, sendo que pelos vistos, agora parece mais fácil lidar com dois ou três usufrutuários do que na altura lidar com um.

Referiu que o deputado Rocha Pereira (GMPS) se terá esquecido da justificação que ele (Sr. Presidente da Câmara) deu para não participar do evento do “Movimento Cidadãos do Mundo”. Disse que não iria participar porque se tratava de um debate político acerca da Quinta da Boavista; que esse debate já tinha sido feito por diversas vezes na AM e em reuniões de Câmara, existindo mesmo um GT do testamento do Conde, pelo que o debate é feito nos locais próprios.

Sobre o centenário do falecimento do 1.º Conde de Castelo de Paiva, referiu que escreveu uma carta, como disse que ia fazer, que foi lida; que também disse que no âmbito das recomendações que foram feitas pelo GT, uma delas é intentar um processo judicial para a reversão do usufruto para a Câmara Municipal, e que não é num evento público que o Presidente da Câmara, que quer se queira, quer não, é por lei quem representa o Município, que ia estar a fazer afirmações ou insinuações na praça pública que hoje, ou amanhã, poderiam por em causa um processo judicial interposto pelo Município contra quem quer que seja no âmbito deste tema. Referiu que cada um é livre de ir onde quer ir, discutir o que deve discutir, em público ou em privado.

Salientou que o deputado João Vieira (GMMPPM) já o disse, e também o referiu em reunião de Câmara: ainda bem que pelos vistos o Sr. Bernardo Alegria mudou de opinião, está a dar alguma abertura, e tal como disse o deputado João Vieira (GMMPPM), poderia ter contactado o Município, porque tem os seus contactos; reuniu com ele sempre que solicitou, e os deputados do GT de acompanhamento do testamento do Conde tiveram a oportunidade que ele teve de estar na sala de jantar da Quinta da Boavista, e as ultimas frases do Dr. Bernardo Alegria foram que estava cá para colaborar, mas que nunca será um lesado da Boavista como foram os lesados do “BES – Banco Espírito Santo”.

Salientou também que para além da questão judicial da doação, ou da não doação, que cabe aos tribunais, o Dr. Bernardo Alegria, que não podia receber uma carta do Município a esclarecer, pouco depois da reunião de



Câmara envia por escrito o que havia dito, pelo que propôs na dita reunião de Câmara a realização de uma reunião com o Dr. Bernardo Alegria, com a sua presença enquanto representante legal do Município, nos termos da lei, acompanhado do Dr. André Pimenta, da qual seria redigida uma ata assinada pelo Presidente da Câmara e pelo Dr. Bernardo Alegria, para esclarecer das suas intenções e para aquilo que estará disponível, porque têm dois usufrutuários e têm de chegar a acordo com os dois, dado que num meio indiviso de um artigo rústico qual é o meio que pertence à Dra. Filipa e ao Dr. Bernardo Alegria, e qual é o meio que pertence à Dra. Brites, questionou, respondendo que é indiviso; que em lugar algum é dito qual é o artigo urbano, o que é a Casa da Boavista; que os terrenos para o parque urbano podem ser a mata, os terrenos agrícolas, os jardins; que numa das reuniões do GT com o Dr. Bernardo Alegria, este disse que se a Câmara Municipal fizesse a limpeza dos jardins e das fontes, no Santo António e no S. João abriria a capela para a população visitar, ou seja, que há muitas questões que têm de ser esclarecidas.

Realçou que percebendo que os dois Vereadores dos movimentos de cidadãos declararam que queriam estar presentes, retirou a proposta que tinha feito e pôs à votação uma única proposta. Disse que se tivesse problemas em falar com o Dr. Bernardo Alegria tinha feito a proposta de maneira a não ir, pelo que não há falta de coragem.

Concordou que os levantamentos topográficos são importantes, como é importante o loteamento do Vale da Mota, a Rua do Pinheiro. Questionou se os levantamentos topográficos não deveriam ter sido feitos na altura da aceitação do testamento; se alguém tem dúvidas relativamente aos limites da propriedade da Quinta da Boavista, uma quinta murada, circundada por uma estrada ...

Referiu que o que foi combinado em sede de reunião de Câmara foi auscultar a proposta do Dr. Bernardo Alegria e não fazer um interrogatório; perceber qual é o caminho que o Dr. Bernardo Alegria quer trilhar em conjunto com a Dra. Filipa para a resolução do problema; esclarecer a

situação da casa. Referiu também que nenhum dos Senhores Vereadores se incomoda com a presença do Dr. André Pimenta para fazer o registo da reunião, dado que foi o técnico municipal que acompanhou todas as reuniões do GT do testamento do Conde.

Em relação aos Advogados, respondeu que garantia ao deputado Rocha Pereira (GMPS) que quando houver um Advogado, para além do Dr. Gomes Ferreira (único Advogado a trabalhar no processo), a lidar com o processo do testamento do Conde, vai haver um procedimento e um cabimento que poderá ser consultado, embora não fosse esse o procedimento anteriormente adotado no âmbito da aquisição de serviços jurídicos.

Respondeu que não ia fazer ponto de situação do processo-crime, porque o Dr. Rocha Pereira, deputado da AM, já deu em parte nota disso. Disse que da intenção ao nomear vai uma grande diferença.

O deputado Rocha Pereira (GMPS) questionou novamente se vai haver reunião de preparação entre os deputados da Câmara Municipal; se a Câmara Municipal vai integrar, ou não, alguém na sua representação.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que a Câmara Municipal vai ser acompanhada pelo Dr. André Pimenta.

Reiterou que ficou combinado em reunião de Câmara que o objetivo é ouvir a proposta que o Dr. Bernardo Alegria tem para apresentar, pelo que não vai haver uma reunião de preparação.

Referiu que as questões que vão colocar são as que já foram colocadas em reunião de Câmara.

Período de Intervenção do Público

11. Intervenção do Público.

O município Joaquim Moreira, residente na UF de Sobrado e Bairros, usou da palavra para dizer que na sessão extraordinária realizada no dia 9 de junho, a Dra. Beatriz Rodrigues não respondeu a duas questões que lhe colocou relativamente à má alimentação dos alunos fora da escola, tendo



questionado porque é que o Presidente da Associação de Pais não convoca uma reunião para abordar este assunto.

Disse que o Presidente da Associação de Pais deveria estar na escola às 8:15h para constatar a situação da “erva”.

Referiu que também ainda não teve resposta relativamente à Casa da Malta (está a ser vandalizada).

O munícipe José António Rocha, residente em Esmoriz, usou da palavra para dizer que não esteve presente na sessão da AM na qual foi feita a recomendação à Câmara Municipal para a aquisição de um determinado terreno por um exercício de direito de preferência. Disse que ouviu várias intervenções sobre o assunto, mas não ficou esclarecido; que era interessante ouvir o Sr. Presidente da Câmara, ou os deputados da AM, relativamente à proposta que foi feita; que era importante ouvir a Câmara Municipal dizer que não está interessada porque o valor do negócio não justifica a aquisição, ou que não estão interessados porque não têm destino para aquele terreno; que virem “com floreados” de que quando era o PS a comprar ninguém se lembrava disso, não é resposta.

Questionou se o terreno não será útil para a “ELH – Estratégia Local de Habitação”, lamentando que o GMPSD nada tenha dito a esse respeito.

Referiu que ouviu um deputado da AM dizer que sofreu uma ameaça concreta, tendo-lhe manifestado a sua solidariedade. Disse que o admirava o facto de ainda ninguém ter repudiado a situação, nem se ter solidarizado com o dito deputado.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para, referindo-se à intervenção do munícipe Joaquim Moreira, dizer que a AM não tem competência para dizer à Associação de Pais para fazer o que quer que seja.

Relativamente à alimentação e à “erva”, que isso já tinha sido respondido pela Dra. Beatriz Rodrigues.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que em relação à Casa da Malta, que é do conhecimento geral o estado de degradação em que se encontra. Disse que o imóvel pertence ao Município desde o

KV



Fls. 321

encerramento das minas; que há um projeto que está a ser elaborado por um técnico externo ao Município, estando à espera que esse projeto seja entregue para que se faça a consulta às entidades, e para que se enquadre o financiamento no âmbito do programa “Portugal 2030”, esperando que outros imóveis que se encontram na alçada do Município possam usufruir desses fundos comunitários.

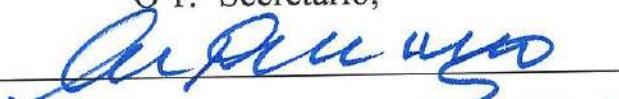
Referindo-se à intervenção do munícipe José António Rocha, reiterou o que disse anteriormente sobre esse assunto.

A sessão foi encerrada às 1:20 horas, tendo-se aprovado, por unanimidade, a minuta, nos termos e para os efeitos previstos no nº.3, do artigo 57º. da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Mesa,



O 1.º Secretário,


A 2.ª Secretária, 

